



Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciência, Tecnologia e Inovação

Onde o futuro está presente

Relatório de Gestão (TCU) Exercício 2016

Organização social supervisionada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC)

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2016, apresentado ao Tribunal de Contas da União (TCU) como prestação de contas anual a que este CGEE está submetido nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa (IN) TCU nº 63/2010 (alterada pela IN TCU nº 72/2013), da Decisão Normativa (DN) TCU nº 154/2016 e da Portaria TCU nº 59/2017, bem como orientações complementares do Sistema de Prestação de Contas Anuais (e-Contas).

Responsável pela Elaboração do Relatório de Gestão:
Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE)

Brasília, 2017

Lista de Siglas

ABBI	Associação Brasileira de Biotecnologia Industrial
ABC	Academia Brasileira de Ciências
ABDI	Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
Abipti	Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AEB	Agência Espacial Brasileira
AEUDF	Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal
AFD	Agência Francesa de Desenvolvimento
ANA	Agência Nacional de Águas
Aneel	Agência Nacional de Energia Elétrica
Anpei	Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadoras
ANPG	Agenda Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação
Anprotec	Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores
API	<i>Application Programming Interface</i>
BM	Banco Mundial
BNB	Banco do Nordeste do Brasil S.A
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
CA	Comissão de Avaliação
CAIS	Centro de Atendimento a Incidentes de Segurança
Capes-DAV	Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior - Diretoria de Avaliação
CEP	Código de Endereçamento Postal
CEPEGG	Centro de Estudos e Pesquisas em Economia e Gestão Governamental
CERTI	Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras

CG	Contrato de Gestão
CGEE	Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
CGOS-SCUP	Coordenação-Geral de Acompanhamento das Organizações Sociais - Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisas
CGU	Controladoria Geral da União
CIEE	Centro de Integração Empresa Escola
CiteneI	Congresso de Inovação Tecnológica em Energia Elétrica
CLT	Consolidação das Leis Trabalhista
CMDB	<i>Configuration Management Data Base</i>
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Conacyt	<i>Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología</i>
Confap	Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa
Conicet	<i>Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas</i>
Consecti	Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I
COP	<i>Conference of the Parties</i>
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
CT	Carta
CT&I	Ciência, Tecnologia e Inovação
DB2	É um Sistema Gerenciador de Banco de Dados Relacionais (SGDBR) produzido pela IBM.
DF	Distrito Federal
Dieese	Departamento Intersindical de Estudos Econômicos e Sociais
DN	Decisão Normativa
DOU	Diário Oficial da União
ECF	Escrituração Contábil Fiscal

e-Contas	Sistema de Prestação de Contas Anuais
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Brasileira Agropecuária
Enap	Escola Nacional de Administração Pública
Encti	Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
Epase	Encontro de P&D dos Agentes do Setor Elétrico
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
EPPGG	Escola de Políticas Públicas e Gestão Governamental
ERP	<i>Enterprise Resource Planning</i>
eSocial	Projeto do governo federal que vai unificar o envio de informações pelo empregador em relação aos seus empregados
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
Fapemig	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
Finep	Financiadora de Estudos e Projetos
FNDCT	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Foprop	Fórum de Pró - Reitores de Pesquisa e Pós Graduação
Funceme	Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos
GDF	Governo do Distrito Federal
GEF	<i>Global Environment Facility</i>
Gephi	É um software livre de análise de rede de visualização de dados
gexf	<i>Graph Exchange XML Format</i>
IAR	<i>Industries & Agro-Ressources</i>
IASP	<i>International Association of Science Parks</i>
IBM	<i>International Business Machines</i>
ICLEI	<i>Local Governments for Sustainability</i>
IES	Instituições de Ensino Superior
Impa	Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada
IN	<i>InsightNet</i>

IN	Instrução Normativa
Inpe	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IRD	<i>Institut de recherche pour le développement</i>
IS	<i>InsightSurvey</i>
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
ITIL	<i>Information Technology Infrastructure Library</i>
Ligo	<i>Laser Interferometer Gravitational-Wave Observatory</i>
LOA	Lei Orçamentária Anual
MBA	<i>Master in Business Administration</i>
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MEC	Ministério da Educação
MIN-ALC	Ministro André Luis de Carvalho
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MME	Ministério de Minas e Energia
MP	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MSSQL	<i>Microsoft Structured Query Language</i>
Nasa	<i>National Aeronautics and Space Administration</i>
OCI	Órgão de Controle Interno
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMM	Organização Meteorológica Mundial
ONS	Operador Nacional do Sistema Elétrico
ONU	Organização das Nações Unidas
OTE	Observatório de Tecnologias Espaciais
PDF	<i>Portable Document Format</i>
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PD&I	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PETI	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
Pibic	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PMBok	<i>Project Management Body of Knowledge</i>
PMO	<i>Project Management Office</i>
PNE	Portadores de Necessidades Especiais
PNPG	Plano Nacional de Pós-Graduação
PPG	Programas de Pós-Graduação
PPGA	Programa de Pós Graduação em Administração
Previ	Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil
PTA	Profissional Técnico Administrativo
PTE	Profissional Técnico Especializado
PUC/RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RH	Recursos Humanos
RJ	Rio de Janeiro
RNP	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
RPE	Revista Parcerias Estratégicas
RS	Rio Grande do Sul
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SC	Santa Catarina
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECEX	Secretarias de Controle Externo
SEGEP	Secretaria de Gestão Pública
SGBD	Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados
SMARE	Sistema Modular de Acompanhamento da Redução de Emissões
SNCTI	Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

SNPG	Sistema Nacional de Pós-Graduação
SOA	<i>Service-Oriented Architecture</i>
SP	São Paulo
SPED	Sistema Público de Escrituração Digital
SWIR	<i>Short Wave Infrared</i>
TA	Termo Aditivo
TC	Tomada de Contas
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
TUM	<i>Technische Universitaet Muenchen</i>
UF	Unidade Federativa
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNB	Universidade de Brasília
UNCCD	Nações Unidas de Combate à Desertificação
UNEP	<i>United Nations Environment Programme</i>
Unesp	Universidade Estadual Paulista
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
XML	<i>Extensible Markup Language</i>

Lista de Quadros

QUADRO 1 - DEMONSTRATIVO DAS PREVISÕES DE DISPÊNDIOS X GASTOS EFETIVAMENTE REALIZADOS POR LINHA DE AÇÃO	36
QUADRO 2 - RELATÓRIO COMPARATIVO DE DISPÊNDIOS.....	36
QUADRO 3 - DEMONSTRATIVO DOS REPASSES RECEBIDOS DO CONTRATO DE GESTÃO EM 2016	37
QUADRO 4 - COMPOSIÇÃO DO CORPO DIRETIVO DO CENTRO	40
QUADRO 5 - REPRESENTATIVIDADE DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO CGEE ..	41
QUADRO 6 - REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO CGEE	41
QUADRO 7 - REMUNERAÇÃO DOS CARGOS DE DIREÇÃO DO CENTRO	44
QUADRO 8 - RELAÇÃO DOS SERVIDORES DOS QUADROS DE ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL CEDIDOS AO CGEE.....	50
QUADRO 9 - ÍNDICES DE DEPRECIAÇÃO E MÉTODO DE AVALIAÇÃO	60



Lista de Gráficos

GRÁFICO 1 - FORÇA DE TRABALHO DO CGEE	47
GRÁFICO 2 - FAIXA ETÁRIA	47
GRÁFICO 3 - NÍVEL DE ESCOLARIDADE.....	48
GRÁFICO 4 - TIPO DE VINCULAÇÃO/OCUPAÇÃO.....	48



Lista de Anexos

ANEXO I - PLANO DE AÇÃO 2016	64
ANEXO II - DEMONSTRATIVO DE PRODUTOS COM PRAZO DE ENTREGA EM 31/12/2016	69
ANEXO III - QUADRO RESUMO DE PROJETOS E ATIVIDADES EM 2016.....	71
ANEXO IV - (RELATÓRIO ANUAL 2016 CA) - TABELA 1 - COMPARATIVO METAS PROGRAMADAS E ALCANÇADAS EM 2016	73
ANEXO V - MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO EM 2016.....	80
ANEXO VI - DETALHAMENTO DAS CAPACITAÇÕES/TREINAMENTOS - JANEIRO A DEZEMBRO 2016..	84
ANEXO VII - TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU NO EXERCÍCIO DE 2016.....	86

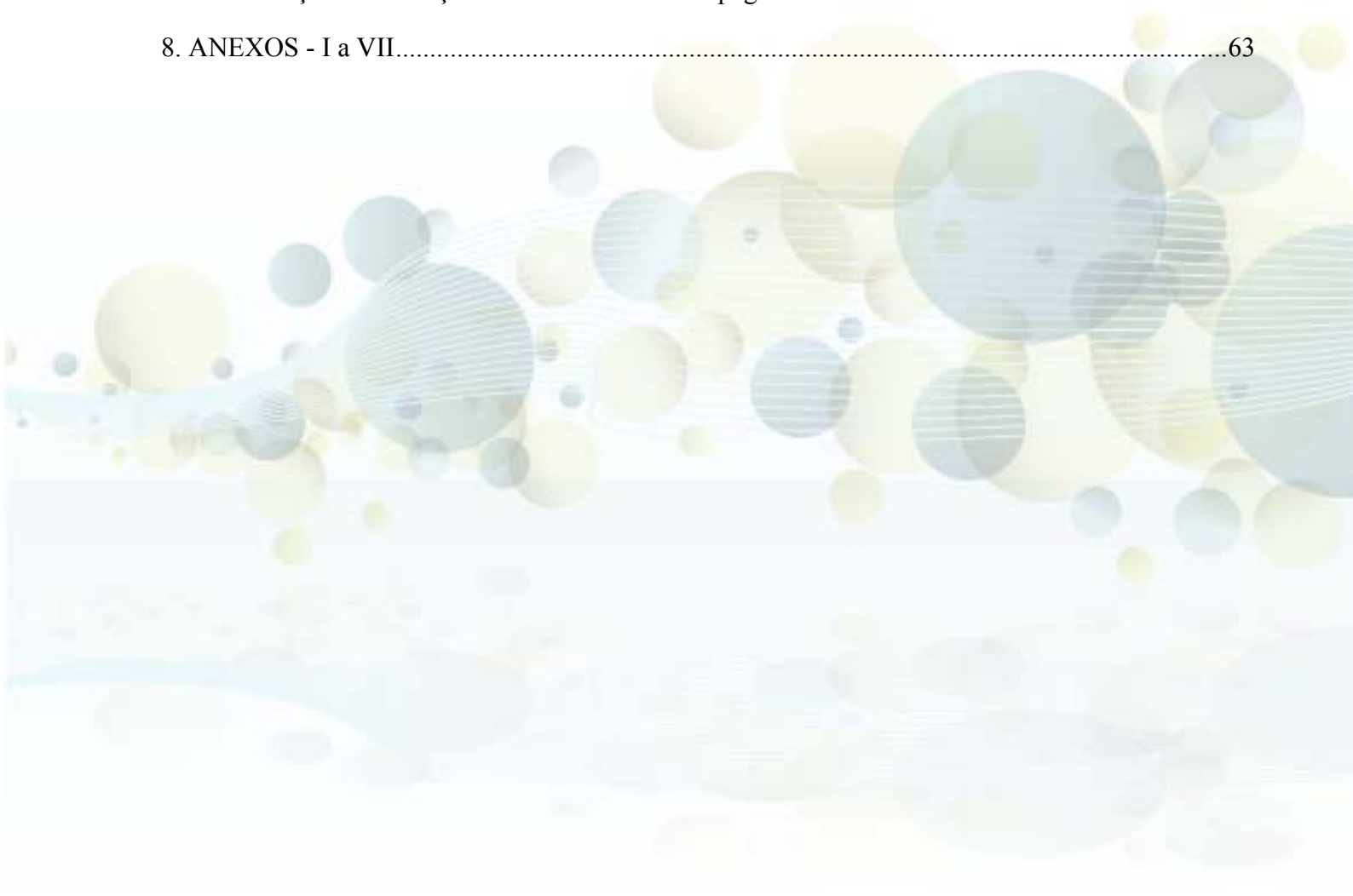


Sumário

APRESENTAÇÃO	15
1. VISÃO GERAL DA INSTITUIÇÃO	17
1.1. Identificação do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE)	17
1.2. Finalidade e Competências Institucionais	17
1.3. Normas e Regulamentos de Criação, Alteração e Funcionamento do CGEE.....	18
1.3.1. Informações sobre o Registro dos Atos Constitutivos	18
1.3.2. Informações sobre Publicações dos Relatórios Executivos e Gerenciais	18
1.3.3. Registro da Publicação das Normas Internas da Organização Social	18
1.4. Breve histórico do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE)	18
1.5. Informações do Ambiente de Atuação da Entidade	20
1.6. Apresentação do Organograma Funcional	20
1.7. Informações sobre os Macroprocessos Finalísticos	21
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	24
2.1. Planejamento Organizacional.....	24
2.1.1. Informações sobre o Programa de Trabalho da Entidade e Estratégias de Execução	24
2.1.2. Descrição Sintética dos Objetivos Estratégicos do Exercício.....	26
2.1.3. Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico.....	30
2.1.4. Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e Outros Planos	30
2.2. Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e Resultados dos Planos.....	35
2.3. Desempenho Orçamentário	35
2.3.1. Demonstrativo da Execução das Despesas.....	36
2.3.2. Informações sobre a Realização das Receitas	37
2.4. Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho	38
3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	39

3.1. Descrições das Estruturas de Governança.....	39
3.2. Informações sobre Dirigentes e Colegiados.....	39
3.2.1. Principais Dirigentes do Centro	39
3.2.2. Informações sobre o Conselho de Administração.....	40
3.2.2.1. Representatividade dos Membros do Conselho de Administração.....	40
3.2.2.2. Reuniões do Conselho de Administração.....	41
3.3. Informações sobre a Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão.....	42
3.4. Atuação da Unidade de Auditoria Interna.....	42
3.5. Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos.....	43
3.6. Gestão de Riscos e Controles Internos	43
3.7. Informações sobre a Política de Remuneração paga aos Dirigentes e Membros do Conselho de Administração	44
3.8. Informações sobre a Empresa de Auditoria Independente Contratada	44
4. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	46
4.1. Gestão de Pessoas.....	46
4.1.1. Informações sobre a Estrutura de Pessoal da Instituição	46
4.1.2. Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal	50
4.1.3. Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários.....	50
4.1.3.1. Contratação de Pessoal de Apoio	50
4.1.3.2. Contratação de Estagiários.....	50
4.2. Gestão do Patrimônio e Infraestrutura	51
4.2.1. Gestão do Patrimônio Imobiliário da União	51
4.2.2. Informações sobre Imóveis Locados de Terceiros.....	51
4.3. Gestão da Tecnologia da Informação.....	51
5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	57
5.1. Canais de Acesso do Cidadão	57
5.2. Carta de Serviços ao Cidadão.....	58
5.3. Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários.....	58

5.4. Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação do CGEE	58
5.5. Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações.....	58
6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	59
6.1. Desempenho Financeiro no Exercício.....	59
6.2. Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos	59
6.3. Sistemática de Apuração de Custos no âmbito da Unidade	60
6.4. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas elaboradas de Acordo com Legislação Específica	60
7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	61
7.1. Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU	61
7.2. Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI).....	61
7.3. Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	61
7.4. Informações sobre a Revisão dos Contratos vigentes firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento.....	61
7.5. Informações sobre Ações de Publicidade e Propaganda.....	61
8. ANEXOS - I a VII.....	63



APRESENTAÇÃO

Este Relatório de Gestão integra o processo de prestação de contas anual do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), em resposta ao fomento feito à instituição no exercício de 2016. Em linhas gerais será apresentada uma síntese dos resultados das ações empreendidas pelo Centro e o esforço para o cumprimento de suas atividades visando à constante melhoria na qualidade de sua gestão, do mesmo modo, se evidenciará a utilização dos recursos orçamentários e financeiros repassados à Organização Social naquele período.

As atividades do CGEE estão voltadas para subsidiar a tomada de decisão e promover a interlocução, articulação e interação com outros atores de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), cuja finalidade principal é o estabelecimento de parceria para o fomento e execução de atividades focadas no ambiente da ciência, do desenvolvimento tecnológico e da promoção da inovação, objetivando a realização de estudos de futuro, a condução de avaliações estratégicas de políticas e programas, assim como a gestão da informação e do conhecimento.

No ano de 2016 o Centro enfrentou grandes desafios relacionados à crise política e econômica no País, cujos desdobramentos no âmbito do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) demandaram uma resposta ágil da direção e do Conselho de Administração do Centro.

No âmbito do Contrato de Gestão, as restrições orçamentárias enfrentadas pelo Órgão Supervisor e a demora no ingresso dos recursos financeiros pendentes dos anos de 2014 e 2015 provocaram uma reavaliação do planejamento aprovado na reunião do Conselho de Administração no início de 2016. Optou-se por dar continuidade apenas aos projetos estruturantes e de maior relevância para o SNCTI, em particular aqueles que compõem o conjunto de Atividades aprovadas pelo Conselho de Administração. Houve substancial redução dos custos operacionais e de manutenção, inclusive com cortes muito significativos no quadro de colaboradores do Centro. As dificuldades para a negociação de um novo ciclo, em tempo hábil, motivaram a assinatura do 10º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, no mês de junho de 2016, prorrogando por um ano o prazo de vigência do Contrato de Gestão.

Nesse sentido, o Centro procedeu a uma desmobilização expressiva em sua força de trabalho com o desligamento, em junho, de 24 profissionais, entre celetistas e servidores públicos cedidos, chegando ao final do exercício com um efetivo de pessoal composto por 61 profissionais. Somando-se aos desligamentos que já haviam sido realizados em outubro de 2015, a redução total do quadro atingiu um montante de 40% em relação aos números verificados naquele mês. Além do ajuste quantitativo, o perfil profissional dos empregados foi alterado de forma a priorizar a manutenção de uma equipe técnica que combinasse competência e capacidade de execução dos trabalhos contratados no Contrato de Gestão e em contratos administrativos.

Pela natureza jurídica de associação civil sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social em 2002, nos moldes do Decreto nº 4.078 de 09/01/2002 e da Lei Federal nº 9.637/98 de 15/05/1998, a elaboração do presente documento, foi orientada por bases normativas próprias e pelas disposições constantes das normas do TCU, quais sejam: Instrução Normativa (IN) nº 63/2010 (alterada pela IN nº 72/2013), Decisão Normativa (DN) nº 154/2016, Portaria nº 59/2017, bem como pelas orientações complementares do Sistema de Prestação de Contas Anuais (e-Contas).

O conteúdo constante deste Relatório de Gestão possui uma estrutura que compreende, em regra, as seções e os itens de informação, que são parte integrante do conteúdo geral estabelecido pelo Anexo II da Decisão Normativa prevista no art. 3º da IN TCU 63/2010 para cada exercício. Dessa forma, utiliza-se numeração sequencial para o conjunto dos itens/subitens na ordem em que aparecem no texto, cujos conteúdos contemplam informações detalhadas a serem anexadas no

campo próprio de cada seção correspondente, convertido em arquivo único, no formato *Portable Document Format* (PDF), seguindo as orientações expedidas pelo TCU disponíveis no Sistema de Prestação de Contas Anuais (e-Contas).

Preliminarmente, será apresentado um conjunto de informações identificadoras da instituição, ordenadas de acordo com os seguintes itens: 1. Visão Geral da Unidade; 2. Planejamento Organizacional e Resultados; 3. Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos; 4. Áreas Especiais da Gestão; 5. Relacionamento com a Sociedade; 6. Desempenho Financeiro e Informações Contábeis; 7. Conformidade da Gestão e Demandas dos Órgãos de Controle e 8. Conjunto de anexos que complementam as informações aqui prestadas.

Considerando as alterações das normas do TCU, e em função da reformulação significativa do Relatório de Gestão a partir da implantação do Sistema e-Contas, que está no seu segundo ano de funcionamento, registra-se que este documento contém informações sobre itens/subitens, cujos conteúdos não são aplicáveis à realidade deste Centro, à luz da sua personalidade jurídica, quais sejam: Gestão do patrimônio imobiliário da União; Carta de Serviços ao Cidadão; Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários; Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993; Parecer ou relatório da unidade de auditoria interna e Declarações de integridade.

A íntegra deste Relatório de Gestão pode ser encontrada na página institucional na internet, no endereço eletrônico (<https://www.cgee.org.br/informacoes-institucionais>).

1. VISÃO GERAL DA INSTITUIÇÃO

As informações a seguir contextualizam os aspectos relativos à “Visão geral do CGEE”, contemplando dados que norteiam sua identificação, finalidade e competências, informações sobre suas normas e regulamentos de constituição, alteração e seu funcionamento. Será apresentado um breve histórico da instituição, seu ambiente de atuação, organograma funcional e a identificação de seus macroprocessos finalísticos.

1.1. Identificação do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE)

Razão Social:	Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE)
CNPJ:	04.724.690/0001-82
Natureza Jurídica:	Associação Civil, de direito privado e sem fins lucrativos
Órgão Público Signatário do Contrato de Gestão:	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).
Telefones/Fax de contato:	(61) 3424-9600/3424-9661
Endereço eletrônico institucional:	relacionamento.tcu@cgee.org.br
Página da Internet:	www.cgee.org.br
Endereço Postal:	Setor Comercial Sul - Quadra 9, Lote C, Torre C, 4º andar, Salas 401 a 405, Ed. Parque Cidade Corporate, Brasília/DF, CEP: 70308-200

1.2. Finalidade e Competências Institucionais

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) foi instituído em 2001 na forma de Associação Civil, sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social pelo Decreto nº 4.078 de 09/01/2002, nos termos da Lei nº 9.637/98 de 15/05/1998, dotada de personalidade jurídica de direito privado, está inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 04.724.690/0001-82. Sua criação se deu em Assembleia Geral realizada durante a 2ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em setembro de 2001.

O desenvolvimento de suas atividades estão atreladas a metas e prazos descritos em Contratos de Gestão, firmados com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) com foco na promoção do desenvolvimento científico e tecnológico por intermédio dos objetivos constantes do Art. 5º do Capítulo II do Estatuto Social do CGEE, aprovado pelo Conselho de Administração em 06 de julho de 2012, que dispõe:

“Art. 5º O CGEE tem por finalidade a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico, por meio dos seguintes objetivos:

- I. promover e realizar estudos e pesquisas prospectivas de alto nível na área de educação, ciência, tecnologia e inovação e suas relações com setores produtores de bens e serviços;
- II. promover e realizar atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos, tecnológicos, de inovação e de formação de recursos humanos;
- III. difundir informações, experiências e projetos à sociedade;
- IV. promover a interlocução, articulação e interação dos setores de educação, ciência, tecnologia e inovação com o setor empresarial;

- V. desenvolver atividades de suporte técnico e logístico a instituições públicas e privadas; e
- VI. prestar serviços relacionados à sua área de atuação.”

Para a execução de seus Projetos e Atividades, contempladas nos Termos Aditivos do Contrato de Gestão, o Centro adota como referencial seis Eixos de Atuação, a saber: Inovação e Competitividade; Sustentabilidade e Qualidade de Vida; Desafios Contemporâneos Nacionais e Globais; Novas Fronteiras do Conhecimento; Gestão Inovadora do Sistema e Desenvolvimento Institucional.

1.3. Normas e Regulamentos de Criação, Alteração e Funcionamento do CGEE

Para a gestão dos recursos que lhe são destinados, o CGEE estabelece normas e procedimentos que visam direcionar as iniciativas, seus processos e recursos humanos, orçamentários e materiais, para a consecução dos objetivos propostos.

1.3.1. Informações sobre o Registro dos Atos Constitutivos

Em razão da qualificação que lhe foi conferida como Organização Social no ano de 2002, nos moldes do Decreto nº 4.078 de 09/01/2002 e da Lei Federal nº 9.637/98 de 15/05/1998 e na forma associação civil sem fins lucrativos, o registro do CGEE foi efetivado no Cartório do 2º Ofício de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas, localizado CRS 504 Bloco “A” Loja 7/8 - Brasília/DF, cuja cópia foi arquivada e microfilmada sob o nº 00033645 em 11 de outubro de 2001.

1.3.2. Informações sobre Publicações dos Relatórios Executivos e Gerenciais

As Demonstrações Contábeis do Centro, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, o Parecer do Conselho Fiscal, bem como o Resumo do Relatório Anual relativo ao exercício 2016 foram veiculados no dia 14 de março de 2017, na Seção 3 do Diário Oficial da União (DOU), páginas 122-125 e no Jornal Estado de São Paulo (Estado) em 15 de março de 2017, no Caderno Economia B13.

Os referidos documentos estão disponíveis para consulta no endereço eletrônico do CGEE (<https://www.cgee.org.br/informacoes-institucionais>). Estão também disponíveis na página do CGEE por meio do link: <https://www.cgee.org.br/informacoes-institucionais>, os Relatórios de Execução do Contrato de Gestão MCTIC-CGEE e os Relatórios Anuais.

1.3.3. Registro da Publicação das Normas Internas da Organização Social

A íntegra dos normativos internos que norteiam a gestão da Organização Social podem ser consultados na página do CGEE na internet, na aba “Acesso à Informação”, no seguinte endereço eletrônico: <https://www.cgee.org.br/acesso-a-informacao>.

1.4. Breve histórico do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE)

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos cuja sede está localizada no Setor Comercial Sul - Quadra 9, Lote C, Torre C, 4º andar, Salas 401 a 405, Edifício Parque Cidade Corporate, Brasília-DF, CEP: 70308-200, foi legalmente constituída com personalidade jurídica de direito

privado, sem fins lucrativos e qualificada como Organização Social por meio do Decreto nº 4.078 da Presidência da República, de 9 de janeiro de 2002 e conforme os termos estabelecidos na Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, para executar atividades de interesse público.

Desde o ano de 2002 mantém Contrato de Gestão (CG) com a União, supervisionado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) cujo objeto consiste no “estabelecimento de parceria entre as partes para o fomento de atividades relacionadas com a geração de subsídios para a gestão de programas e projetos estratégicos em ciência, tecnologia e inovação, bem como a realização de estudos e geração de subsídios para a formulação de políticas e estratégias governamentais¹”. Sua criação se deu em Assembleia Geral realizada durante a 2ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em setembro de 2001 e seu patrimônio é constituído, fundamentalmente, a partir de recursos advindos do Contrato de Gestão.

Sua atuação tem foco no ambiente da ciência, do desenvolvimento tecnológico e da promoção da inovação. Para isso, desenvolve trabalhos em três áreas nodais: 1) realização de estudos de futuro; 2) condução de avaliações estratégicas de políticas e programas; e 3) construção de plataformas especializadas na disseminação da informação e do conhecimento. O Contrato de Gestão visa apoiar e qualificar os processos de tomada de decisão, particularmente quanto à formulação e implementação de políticas públicas e programas estratégicos em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I). Adicionalmente, o Centro promove a interlocução, a articulação e a interação entre os atores do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI), aproximando o setor produtivo dos setores acadêmico e governamental. Na medida em que apresenta subsídios às políticas públicas de CT&I e à gestão estratégica nessa área, com contribuições voltadas tanto para o setor governamental como empresarial, a missão institucional do CGEE no SNCTI tem se consolidado.

A agenda de trabalho da instituição é norteada, tanto no que se refere às ações pactuadas em Contrato de Gestão como naquelas atividades negociadas em contratos administrativos, adotando procedimentos que privilegiam sua atuação por meio de parcerias com instituições públicas e privadas, que atuam no SNCTI do Brasil e do exterior e pela mobilização de competências técnicas internas e externas. Dessa forma, conta com uma equipe multidisciplinar capaz de especificar, coordenar e conduzir sua agenda de trabalho com foco nos resultados esperados.

O Centro defende a necessidade de ampliação do entendimento de que a tecnologia e as mudanças tecnológicas são indutoras e resultantes de interações complexas no contexto do bem-estar social, econômico e político. Antecipar e compreender o percurso das mudanças tecnológicas é, atualmente, um desafio para os gestores de organizações públicas e privadas. O ferramental e as metodologias desenvolvidos pelo Centro ao longo desse segundo ciclo do Contrato de Gestão são evidências claras da sua evolução institucional autônoma, no que diz respeito às competências técnicas desenvolvidas no período. Esses elementos, juntamente com o seu corpo técnico administrativo, materializam os resultados positivos do fomento à instituição, por meio e na essência do Contrato de Gestão.

Para o alcance dos resultados, o Centro ainda mobiliza o melhor conjunto de especialistas e instituições do País e do exterior para subsidiar a condução das suas atividades, organizadas de acordo as seguintes Linhas de Ação: Estudos, Análises e Avaliações; Articulação; Apoio à Gestão Estratégica do SNCTI; Disseminação de Informação em CT&I; e Desenvolvimento Institucional.

Por meio da disseminação da informação o CGEE veicula em seu site na Internet assuntos de interesse social que dizem respeito, entre outros a: notícias, resultados de estudos e publicações, buscando prover às comunidades acadêmicas, empresarial e governamental, informações

¹ Cf. Contrato de Gestão, Cláusula Primeira: Do Objeto.

atualizadas sobre temas de interesse estratégico. Considerando a necessidade da divulgação institucional de suas atividades, o Centro atua de forma proativa, mantendo o referido site em permanente aperfeiçoamento, em razão da relevância dessa ferramenta de apoio e informação à sociedade.

1.5. Informações do Ambiente de Atuação da Entidade

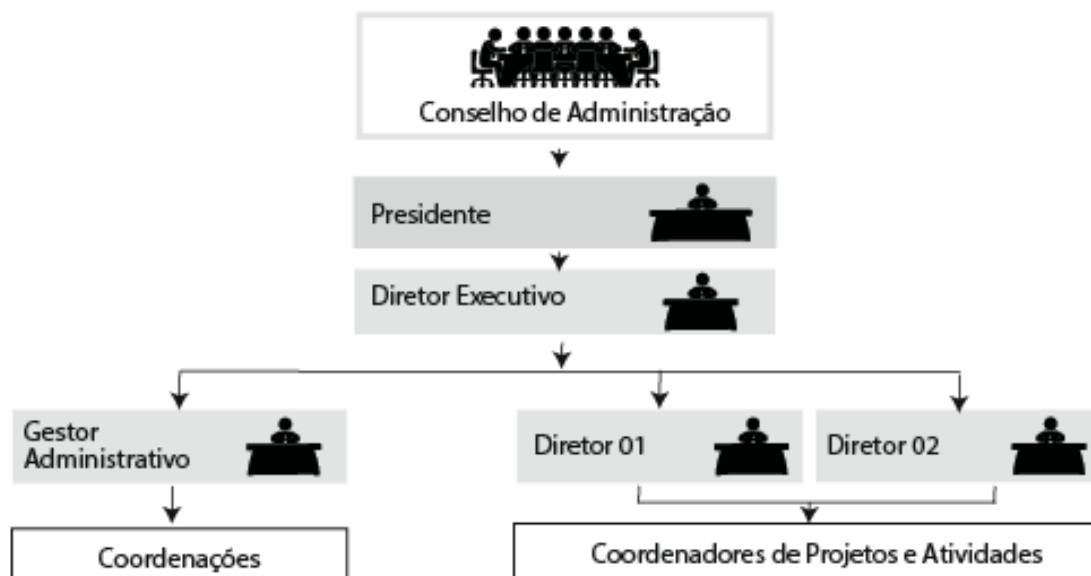
O CGEE desempenha papel estratégico no ambiente da Ciência, Tecnologia e Inovação, como já mencionado, seu papel é subsidiar processos de tomada de decisão em temas relacionados à referida área por meio de estudos em prospecção e avaliação estratégica baseados em ampla articulação com especialistas e instituições do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI), no âmbito nacional e internacional. Desde a sua criação, o CGEE vem enfrentando ao longo dos anos o desafio central de manter uma estrutura operacional capaz de garantir o cumprimento de sua finalidade legal.

Suas atividades ancoram-se nas diretrizes políticas do Governo Federal, em especial nas diretrizes constantes da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (Encti). em consonância com as prioridades regionais em CT&I e compromisso com a inclusão social. As realizações do CGEE, desde sua criação, confirmam seu papel estratégico no processo de construção de subsídios às políticas de CT&I. Dessa forma, o *modus operandi* do Centro deve atender às seguintes orientações: 1) Articular-se com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e suas agências, além de outras instâncias governamentais e demais atores do sistema; 2) Fortalecer sua agenda de trabalho em parceria com entidades representativas do setor privado, em suas respectivas áreas de competência; 3) Focalizar o alcance dos resultados, na busca permanente de excelência em seus processos e produtos; 4) Fortalecer as competências de prospecção e avaliação estratégica; desenvolvendo metodologias necessárias para esse fim; 5) Realizar atividade permanente de informação e análise sobre os sistemas nacional e internacional de CT&I; 6) Difundir os conceitos, os estudos e os resultados das atividades do Centro; 7) Incrementar a cooperação e o intercâmbio com entidades similares do País e do exterior e 8) Mobilizar competências, nos âmbitos nacional e internacional, para o desenvolvimento de suas atividades, buscando uma eficiente relação núcleo funcional/contratados.

1.6. Apresentação do Organograma Funcional

A organização do funcionamento das atividades do CGEE continua alinhada com um modelo de gestão que prioriza a direção compartilhada entre os membros da Diretoria, reservando para o Presidente as atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social e o Regimento Interno do Centro. Os Diretores, inclusive o Diretor Executivo, têm sob sua supervisão um conjunto de Projetos e Atividades definidos no Plano de Ação dos Termos Aditivos ao Contrato de Gestão. Para cada Projeto e Atividade, a diretoria do Centro designa um Coordenador segundo suas competências e habilitações profissionais. Por sua vez, o Gestor Administrativo atua na supervisão de atividades de Suporte e Gestão Operacional ao funcionamento da Instituição, organizadas sob a forma de Coordenações.

O organograma abaixo demonstra as principais relações de subordinação técnico-administrativas em operação no CGEE no exercício de 2016.



Fonte: Elaboração própria

Em conformidade com seu Estatuto Social, aprovado pelo Conselho de Administração, em 06 de julho de 2012, para atendimento dos aspectos formais o CGEE dispõe de uma estrutura administrativa composta por um Conselho de Administração, um Presidente e uma Diretoria.

O Conselho de Administração do Centro é o órgão de orientação e deliberação superior, formado por membros natos e eleitos, cujas atribuições estão descritas no art. 27 do seu Estatuto Social. Sua diretoria é composta por um Presidente, um Diretor Executivo e até cinco Diretores, cabendo-lhes promover, executivamente, os objetivos institucionais, segundo as diretrizes e planos aprovados pelo Conselho de Administração. As competências do Presidente e dos membros da Diretoria estão descritos nos artigos 29 e 31 do Estatuto Social e artigos 19, 20 e 21 do Regimento Interno.

1.7. Informações sobre os Macroprocessos Finalísticos

Como forma de organizar a execução de seus trabalhos, o CGEE definiu cinco Linhas de Ação que orientam a elaboração da sua agenda de trabalho junto ao MCTIC, na condição de Órgão Supervisor do Contrato de Gestão, quais sejam:

a) Estudos, Análises e Avaliações

Consistentemente com sua missão, o CGEE objetiva servir à sociedade brasileira agregando valor aos processos de tomada de decisão, formulação e implementação de políticas de CT&I, mediante a geração, o compartilhamento e a aplicação de conhecimento nessa área.

Balizando suas ações por uma visão de futuro e pela busca de excelência, o CGEE desenvolve suas atividades com base na discussão de ideias orientada para a busca de consenso entre os diversos atores envolvidos. Desde sua criação, o Centro vem aprimorando o domínio de métodos e ferramentas nas áreas de estudos com visão prospectiva, avaliação estratégica e gestão da informação e conhecimento. Essa atuação se desenvolve por meio de um intenso esforço de

articulação, objetivando tornar efetivas as ações realizadas, por meio da utilização dos resultados obtidos por atores ou grupos de atores pertencentes ao SNCTI.

b) Articulação

Atualmente, o grande desafio para os gestores públicos de organizações de CT&I é gerar resultados com impactos econômicos e sociais que justifiquem os investimentos públicos realizados. Para tanto, necessitam, entre outras importantes mudanças no cotidiano das instituições, priorizarem as aplicações de recursos na direção de uma maior eficácia.

A capacidade de antecipação e visão de futuro, a tomada de decisão de forma participativa e a vinculação das ações às demandas identificadas irão, cada vez mais, diferenciar as organizações voltadas para a sociedade e as outras, que, por permanecerem isoladas, poderão estar vulneráveis ou mesmo insustentáveis. Nesse sentido, a capacidade de articular atores diversos da sociedade no desenvolvimento de atividades ganha cada vez maior importância.

Um importante aspecto a ser destacado no âmbito das ações do Centro é o estabelecimento de bases metodológicas para trabalho em rede, um elemento importante para subsidiar a formulação de políticas públicas. Os seus fundamentos devem considerar, entre outras questões, as necessidades de conhecer e discutir os principais modelos de rede nascidos de experimentos científico-tecnológicos, político-sociais e artístico-culturais já existentes no Brasil.

O CGEE busca ainda contribuir para o aprimoramento institucional do SNCTI, com destaque para as questões de segurança jurídica e marco regulatório.

c) Apoio à Gestão Estratégica do SNCTI

A missão institucional do CGEE, no SNCTI, tem se consolidado ao apresentar subsídios às políticas públicas de CT&I e à gestão estratégica nessa área, com contribuições voltadas tanto para o setor governamental como empresarial.

No cumprimento dessa relevante missão, o CGEE agrega valor aos processos de tomada de decisão, formulação e implementação de políticas de CT&I mediante a mobilização e o compartilhamento de conhecimentos de formuladores de políticas, tomadores de decisão e especialistas, para a busca de consensos. Também, atua no sentido de auxiliar a gestão de programas e projetos estratégicos em CT&I, por meio de estudos e subsídios para a formulação de políticas e estratégias governamentais nessa área.

As atividades do Centro ancoram-se nas diretrizes políticas do Governo Federal em consonância com as prioridades regionais em CT&I e compromisso com a inclusão social. As realizações do Centro, desde sua criação, confirmam seu papel estratégico no processo de construção de subsídios às políticas de CT&I.

d) Disseminação de Informação de CT&I

A informação e a difusão do conhecimento devem realizar-se pela divulgação e ampla circulação dos resultados dos trabalhos e por atividades relacionadas à produção, sistematização e disseminação de dados científicos e informações para apoio ao processo de tomada de decisão, principalmente no domínio de CT&I.

Informação é o principal elemento de trabalho do CGEE. A sua aquisição, tratamento, visualização e disseminação são constitutivos da atuação do Centro na melhoria da qualidade da tomada de decisão associada a temas ligados a CT&I de interesse nacional. O número de fontes de informação cresce de forma exponencial em âmbito nacional e internacional, exigindo do Centro liderar a construção de ferramental e métodos para que seja possível a consecução das etapas anteriormente destacadas.

As atividades de editoração do CGEE baseiam-se na interação entre o planejamento e a concepção de suas publicações, vinculadas aos trabalhos feitos no âmbito das suas 5 Linhas de Ação e áreas nodais de atuação.

e) Desenvolvimento Institucional

A capacitação e o aprimoramento contínuo do corpo técnico e administrativo do CGEE fazem parte das atividades principais do Centro, incluindo a interação com grupos de instituições congêneres do Brasil e do exterior. Por meio dessa Linha de Ação, o CGEE também moderniza permanentemente o seu ferramental de trabalho, seja por meio da aquisição e/ou da adaptação ou do desenvolvimento de softwares e plataformas de software que proporcionam maior eficiência à execução dos seus estudos, ou pela aquisição de novos equipamentos.

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

De acordo as orientações do TCU, esta seção “planejamento organizacional e resultados” compõe o arquivo que se desmembra nos subitens: planejamento organizacional, programa de trabalho e estratégias de execução, descrição sintética dos objetivos estratégicos e às metas fixadas no Contrato de Gestão, estágio de implementação do planejamento estratégico, vinculação dos planos do Centro com as competências institucionais e outros planos, as formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos, desempenho orçamentário a execução das despesas, além de informações que versam sobre a realização das receitas e dos indicadores de desempenho.

2.1. Planejamento Organizacional

2.1.1. Informações sobre o Programa de Trabalho da Entidade e Estratégias de Execução

O Contrato de Gestão firmado com o MCTIC é o instrumento que norteia as atividades do Centro, o qual estabelece o Programa de Trabalho para um determinado ciclo. Anualmente, esse Programa de Trabalho é atualizado com a assinatura dos Termos Aditivos objetivando atender, também, o estabelecido nas Subcláusulas Segunda e Quarta, da Cláusula Primeira do Contrato de Gestão em vigor, de modo a garantir a continuidade ou a inclusão de novos Projetos e Atividades, com observância, inclusive dos termos constantes da Portaria MCTI 967/2011, alterada pela Portaria MCTI 777/2012. Cada Termo Aditivo ao Contrato de Gestão estabelece e atualiza uma programação integral do Plano de Ação, cujas informações do programa de trabalho do Centro relativas ao ano de 2016 encontram-se consolidadas no Plano de Ação 2016 (**Anexo I**) e no Demonstrativo de Produtos com prazo de entrega em 31.12.2016 (**Anexo II**).

Será demonstrado ao longo do presente Relatório de Gestão os principais avanços feitos pelo CGEE no ano de 2016, tanto no que se refere às ações fomentadas no âmbito do Contrato de Gestão firmado com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), como nos trabalhos realizados por meio de contratos administrativos firmados pelo Centro com instituições de CT&I do Brasil e do exterior.

No plano institucional, o Centro e as áreas no MCTIC responsáveis pela supervisão das Organizações Sociais finalizaram a documentação necessária para a prorrogação do Contrato de Gestão por mais um ciclo, o terceiro no caso do CGEE. Por razões de natureza administrativa esse objetivo não foi concretizado, o que deu origem a dois novos Termos Aditivos (TA) no ano: o 10º TA, que prorrogou o prazo de término do Contrato de Gestão para 30 de junho de 2017 e o 11º TA, que formalizou o Plano de Ação de 2016 e deu outras providências, dentre as quais o estabelecimento da interveniência do Ministério da Educação (MEC), no Contrato de Gestão.

Assim como o exercício de 2015, por conta dos desdobramentos da crise política e fiscal enfrentada pelo País e de suas repercussões no SNCTI, o ano de 2016 foi bastante difícil para a Organização Social assegurar a execução de suas atividades. No caso dos trabalhos conduzidos no âmbito do Contrato de Gestão o Centro concentrou-se no pleno cumprimento das metas inscritas no 11º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, o que foi efetivamente conseguido. Isso só foi possível como resultado de ajustes significativos no quadro de empregados do CGEE e pela substantiva redução das despesas de manutenção e operação. Adicionalmente, houve expressivo ganho de eficiência na condução de ações finalísticas, por meio da adoção de ferramentas modernas de apoio à análise de dados e informações relacionados com os estudos conduzidos pelo Centro, compondo serviços de inteligência em CT&I de ampla utilização em estudos de futuro e de avaliação estratégica.

Nesse contexto ressalta-se que as restrições orçamentárias enfrentadas pelo Órgão Supervisor e a demora na entrada dos recursos financeiros pendentes relativos ao Contrato de Gestão dos anos de 2014 e 2015 provocaram uma reavaliação do planejamento aprovado na reunião do Conselho de Administração no início de 2016. Optou-se por dar continuidade apenas aos projetos estruturantes e de maior relevância para o SNCTI, em particular aqueles que compõem o conjunto de Atividades aprovadas pelo Conselho de Administração. Houve substancial redução dos custos operacionais e de manutenção, inclusive com cortes muito significativos no quadro de colaboradores do Centro que atingiram, em alguns casos, profissionais de ampla folha de serviços prestados ao SNCTI. A constatação da existência de dificuldades administrativas incontornáveis para a negociação de um novo ciclo, em tempo hábil, motivou a assinatura do 10º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, no mês de junho, prorrogando por um ano o prazo de vigência do Contrato vigente.

Embora o 11º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão que pactuou o Plano de Ação de 2016 tenha sido assinado no mês de dezembro, todas as metas estabelecidas nesse instrumento foram atingidas, nas cinco Linhas de Ação conduzidas pelo CGEE. Isso só foi possível por conta da progressiva entrada dos recursos financeiros pendentes de anos anteriores, da utilização de recursos financeiros existentes no Centro e da mobilização parcial da reserva técnica. Apesar de tardia, a assinatura do 11º Termo Aditivo materializou dois avanços importantes. De um lado, a retomada de um diálogo construtivo com a alta administração do Órgão Supervisor e, de outro, o relacionamento mais estreito com o Ministério da Educação (MEC) que, além de aportar recursos, transformou-se em interveniente no Contrato de Gestão.

As iniciativas de divulgação das competências técnicas acumuladas no Centro geraram demandas que se traduziram na assinatura de diversos contratos administrativos com atores do SNCTI, como as empresas do setor elétrico e a Capes, e outras entidades como o Banco Mundial e a agência sueca *Growth Analysis*. Outros atores manifestaram também interesse em se aproximarem mais do Centro, como o Ministério da Defesa, a Embrapa e a Agência Espacial Brasileira (AEB).

Paralelamente aos esforços para superar a crise, foi desenvolvido intenso trabalho de reflexão, de experimentação e de implementação de novas modalidades de organização e de execução da agenda programática do Centro, com vistas a incrementar rapidamente a eficiência dos trabalhos conduzidos, contribuindo dessa forma para a redução de custos. Trataram-se, também, de ações com o intuito de preparar o Centro para melhor atender às Diretrizes Estratégicas do Plano Diretor aprovado pelo Conselho de Administração para o novo ciclo do Contrato de Gestão. Merece destaque o desenvolvimento de ferramenta para a gestão da carteira de projetos e serviços do Centro e a família *Insight* de ferramentas eletrônicas que tornam mais eficientes os processos finalísticos. As competências acumuladas colocam o CGEE em posição de destaque no uso de ferramentas eletrônicas e de Big Data no apoio da formulação e da avaliação de políticas de CT&I no País.

Os impactos sofridos pelo CGEE no ano passado, especialmente no que se refere à redução do quadro de colaboradores e aos resultados das demonstrações financeiras ao final de 2016, serão sentidos ao longo de 2017. O Centro, porém, encara o futuro imediato com uma expectativa positiva de recuperação gradual. Esta visão apoia-se na percepção de que o SNCTI alcançou uma escala e um grau de complexidade que exigirão crescente capacidade de antecipação de desafios e de coordenação de iniciativas. À despeito das dificuldades enfrentadas no ano de 2016 o Centro conta hoje com competências que o habilitam para oferecer um aporte expressivo no apoio à formulação, execução e avaliação de políticas públicas num ambiente complexo, em mutação e de elevada complexidade. As diretrizes estratégicas do Plano Diretor, debatidas e aprovadas pelo Conselho de Administração, apontam nessa direção. Esperamos que o aprofundamento do diálogo construtivo com a alta administração do MCTIC e do MEC, assim como com outros atores do SNCTI se traduzam no futuro próximo em iniciativas concretas que permitam que o SNCTI possa se beneficiar da contribuição potencial do CGEE em prol do desenvolvimento do País.

Diante desse contexto, registra-se que os resultados alcançados pelo CGEE em 2016, principalmente aqueles inseridos no Plano de Ação do Contrato de Gestão, só foram possíveis em um ano de forte restrição financeira pelo forte comprometimento da equipe de colaboradores do CGEE, pelo apoio decisivo do Conselho de Administração.

2.1.2. Descrição Sintética dos Objetivos Estratégicos do Exercício

Tendo em vista sua finalidade legal e competências institucionais, a atuação do CGEE, em 2016, foi orientada pelos objetivos estratégicos do Contrato de Gestão estabelecidos no art. 5º de seu Estatuto social, quais sejam: I) promover e realizar estudos e pesquisas prospectivas de alto nível na área de educação, ciência, tecnologia e inovação e suas relações com setores produtores de bens e serviços; II) promover e realizar atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos, tecnológicos, de inovação e de formação de recursos humanos; III) difundir informações, experiências e projetos à sociedade; IV) promover a interlocução, articulação e interação dos setores de educação, ciência, tecnologia e inovação com o setor empresarial; V) desenvolver atividades de suporte técnico e logístico a instituições públicas e privadas e VI) prestar serviços relacionados à sua área de atuação.

Abaixo são apresentados os destaques da execução do Plano de Ação 2016 do Contrato de Gestão.

✓ Recursos Humanos para CT&I

Ao final de 2016 o CGEE concluiu, em estreita parceria com a Unesp e o CNPq, avaliação do Programa de Institucional de Iniciação Científica (Pibic), com foco nos aspectos que tratam de sua influência na trajetória de formação pós-graduada e na inserção profissional dos egressos desse Programa. A partir do conjunto de resultados gerados foi elaborado um relatório resumido com os principais achados, que será entregue e discutido com a direção e área técnica do CNPq, nas primeiras semanas de 2017.

Na sequência dos estudos realizados pelo CGEE sobre a formação de recursos humanos em CT&I, o CGEE lançou o livro “Mestres e Doutores 2015: Demografia da base técnico-científica brasileira” em uma sessão especial da reunião anual da SBPC, que contou com a presença gestores públicos, professores e cientistas, atuantes no sistema nacional de CT&I e Educação. O livro trouxe informações novas sobre os programas de pós-graduação, formação e emprego de mestres e doutores, além de um capítulo especial sobre o emprego de mestres e doutores em entidades empresariais, dentre as quais se destaca a formação e inserção de mestres e doutores no mercado de trabalho sob a perspectiva de gêneros, de minorias étnico-raciais e de perfis regionais e setoriais.

✓ Agenda positiva da Mudança de Clima e do Desenvolvimento Sustentável

Este projeto, que concentra seus estudos e análises em temas associados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), desenvolveu em 2016 ações que tiveram como objetivo aproximar, como vem ocorrendo internacionalmente, as agendas globais e locais da mudança do clima e do desenvolvimento sustentável. As principais ações conduzidas no ano tiveram como objetivo: 1) apoiar as instâncias do país envolvidas com o cumprimento dos compromissos internacionais assumidos no decorrer de 2015, quando da adoção dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) pela Organização das Nações Unidas (ONU) em Nova York e da aprovação do Acordo de Paris sobre a mudança do clima, durante a COP 21; 2) desenvolver articulações, estudos e ferramentas para reforçar a promoção das tecnologias avançadas de energias renováveis, bioenergia e bioprodutos, contribuindo para um maior aproveitamento pelos agentes

privados e públicos do país das oportunidades advindas da bioeconomia e da economia de baixo carbono. Destaque é dado para a realização do “Seminário Franco-Brasileiro Contribuição da bioenergia e dos bioprodutos para implementação do Acordo de Paris sobre o Clima - o potencial da biomassa celulósica para o desenvolvimento da bioeconomia”, organizado pelo CGEE nos dias 24 e 25 de outubro na Embaixada da França em Brasília, tendo tido como co-organizadores a própria Embaixada, o Itamaraty, a AFD, o BNDES, a ABBI e o IAR. Este evento mobilizou 40 palestrantes, 20 franceses e 20 brasileiros, e reuniu 60 participantes de organismos empresariais, de CT&I e de órgãos públicos. Ele antecedeu e se articulou a outros eventos programados para apoiar o lançamento da Plataforma para o Biofuturo pelo Brasil e demais países aderentes, no Pavilhão do Marrocos na COP 22, em Marrakesh (16 de novembro), evento que mereceu do titular do Itamaraty palavras elogiosas ressaltando o papel da diplomacia brasileira em 2016.

Nesse ano foi dada sequência ao desenvolvimento do Portal das Renováveis, ferramenta desenhada pelo CGEE para incrementar o intercâmbio de conhecimentos, tecnologias, informações e negócios, e facilitar a integração de esforços entre o Brasil e os demais países da América Latina e, posteriormente, da África.

✓ **Iniciativa Latino-americana e Caribenha de C&T para o combate à desertificação - AridasLAC**

No âmbito do projeto *AridasLAC*, constante da mesma atividade Inserção do CGEE em Agendas Internacionais, registram-se as seguintes realizações: 1) co-organização (CGEE, IRD e Universidade de Ibn Zohr) em Marrakesh/Marrocos, durante a COP 22, de evento paralelo para lançamento da plataforma América Latina/África/Europa (Plataforma de Agadir) e discussão do tema das Terras Secas; 2) participação em encontros e reuniões com parceiros internacionais, incluindo os mencionados no item anterior, o *Conacyt* (México) e o *Conicet* (Argentina), para a discussão das perspectivas de desenvolvimento da Plataforma e de promoção da cooperação científica e técnica entre instituições dos três continentes; 3) participação em reunião técnica no México com instituições articuladas em torno da Plataforma, com o objetivo de avançar no desenho concreto de iniciativas, em especial no que respeita à componente latino-americana; e 4) co-organização do Seminário de Avaliação da Seca de 2010-2016 no Nordeste do Brasil, em Fortaleza, no período de 30 de novembro a 02 de dezembro de 2016, com a Funceme, o BNB, o MMA, a ANA e o Banco Mundial (BM). Na ocasião, foi também lançado o livro *Secas no Brasil: Política e Gestão Proativas*, disponível na página do CGEE, realizado pelo Centro em parceria com o Banco Mundial.

✓ **Desenvolvimento e aperfeiçoamento da família de ferramentas “Insight”**

▪ **Insight Data**

Esta ferramenta, que visa apoiar as ações do CGEE de monitoramento, coleta e análise de grandes volumes de dados (*Big Data*), focou suas atividades do desenvolvimento e aperfeiçoamento das suas funcionalidades, com destaque para: a configuração das expressões para importar conteúdo noticioso a partir da interface da ferramenta; identificação dos termos que mais cresceram em um determinado período de tempo; desenvolvimento um processo e interface de monitoramento dos agentes; exportação em XML da taxonomia com os documentos filtrados com a possibilidade de selecionar metadados; importação de arquivos gerados pelo *Gephi* para pastas via API (baseado em qualquer partição); geração de arquivo *Gephi* com opção de seleção de metadados a serem exportados (incluindo expressões-chave); geração de arquivo de metadados de documentos de um conjunto; pesquisa e identificação de blocos de termos correlatos mediante uso de *Latent Semantic*

Analysis; desenvolvimento de versão para instalação em servidor *web* dentro do CGEE; e desenvolvimento de uma versão da ferramenta para desktop para uso pelos empregados do CGEE.

Ao final de 2016, a versão para servidor foi instalada na infraestrutura de TI do CGEE, com todas as funcionalidades da versão *web*. O código fonte desta versão foi entregue pela empresa contratada e armazenado em repositório interno do CGEE, o que permitirá ao Centro prosseguir no desenvolvimento da ferramenta de forma independente.

Outro resultado importante foi o desenvolvimento de uma metodologia para a identificação de sinais fracos e o monitoramento de tendências globais em CT&I, desenvolvida a partir de um referencial teórico sobre sinais fracos, monitoramento ambiental e inteligência tecnológica.

▪ **Insight Net**

O projeto "Exploração de Dados e Visualização de Informação" visa fortalecer as competências do CGEE, desenvolvendo e validando fundamentos, metodologias e ferramentas de análise exploratória de bases de dados de CT&I disponíveis ao CGEE, com ênfase para as técnicas modernas de visualização, ampliando a capacidade de oferta de serviços do Centro e auxiliando o embasamento metodológico do conjunto de projetos que este conduz. Entre os resultados obtidos e principais contribuições no período coberto por esse Relatório, destacam-se: 1) Primeira versão do *plugin Insight Net* (Versão 2.0 da ferramenta de análise de redes de currículos Lattes, disponível na página <http://projeto.cgee.org.br/InsightNet/release/updates.xml>), com a devida compatibilidade com a versão 0.9 da plataforma *Gephi*. Esta versão contém várias novas funcionalidades tais como: geração de redes de similaridade semântica de resumos de artigos indexados nas bases *Web of Science* e *Scopus*, métricas de asseortatividade e testes de correlação de Pearson, *Spearman* e *Cramér*, para atributos de nós e de arestas das redes. O processo de coleta de palavras-chave foi revisado e um novo formato de exportação desse metadado foi implementado, tendo sido incluídas visualizações em nuvens de palavras-chave por frequência de ocorrência e por número de currículos que as contêm; e 2) *InsightNet Browser* - As atividades com base na experiência adquirida com testes de ferramentas e bibliotecas utilizadas ou desenvolvidas pelo grupo Dataviva, da Fapemig, que visitou o CGEE no primeiro semestre. O principal resultado desse aprendizado foi a adaptação de um visualizador em *Javascript* de arquivos de redes *gexf* em software livre para o browser Firefox. Originalmente concebido para exibir visualizações interativas de redes geradas no *Gephi*, o programa foi melhorado para incluir possibilidades de configuração de parâmetros de navegação nas redes e permite a geração de nuvens de termos e gráficos de espalhamento dos metadados das redes carregadas. Esse produto, batizado de CGEE *InsightNet Browser*, viabiliza um novo formato de entrega de dados relacionados aos produtos contratados o CGEE.

✓ **Sistema Integrado para o gerenciamento das informações programáticas e administrativas**

Ao final do ano, a segunda versão do Sistema Integrado (2.0) entrou em produção. Nessa versão, focou-se na capacidade do Sistema Integrado em implementar processos de gestão que apoiem a tomada de decisão e consequentemente reduzam a sobrecarga sobre os gestores de projetos (supervisores e coordenadores). Contendo interfaces mais rápidas e comunicação mais efetiva, a nova versão apresenta funcionalidades para o planejamento dos projetos de Atividades assim como a edição e geração automática, pelo Sistema Integrado, de Planos de Projetos. Com base nos conceitos e boas práticas de gestão de projetos, alinhados ao trabalho do PMO do CGEE, foram desenvolvidos ambientes identificados em abas separadas para as etapas de planejamento, execução e encerramento. Assim, a partir da aba de planejamento, por exemplo, é possível caracterizar o projeto, registrar os produtos esperados para aquele projeto, registrar a equipe interna envolvida e, ainda, fazer a sua gestão de riscos. No que se refere ao planejamento, a nova versão

permite a edição de textos para: Ementas, Caracterização da Demanda, Instituições Parceiras, Justificativas, Objetivos Geral e Específico e Aspectos Metodológicos. Ainda no Planejamento, foi desenvolvida uma aba denominada "divulgação", onde o coordenador e projeto poderá redigir um texto contendo informações básicas do projeto, que será acessado por um perfil específico da área de comunicação do Centro que fará, caso necessário, adaptações para um texto mais jornalístico para eventual publicação na página do CGEE (Projetos).

✓ **Project Management Office - Gestão de Projetos**

O projeto PMO, em seus dois anos de execução, produziu os elementos necessários para consolidar no CGEE a estrutura funcional de um escritório de projetos adequado às características das distintas modalidades de projetos conduzidos pela casa.

Dentre os produtos finais do projeto, destaca-se o Processo de Gestão da Carteira de Projetos e Serviços, amplamente discutido com a direção e a equipe técnica do Centro, em seus diversos níveis de gestão. Esse processo estabelece as bases para a evolução das ferramentas e métodos utilizados na gestão de projetos, principalmente naquilo que se refere ao planejamento para à evolução (*roadmap*) do Sistema Integrado.

Outro resultado relevante do projeto PMO foi a obtenção da certificação ISO 9001 para o Processo de Aquisição de Software e Serviços Correlatos, que estabelece as bases para a gestão da qualidade no CGEE, experiência determinante para a expansão futura do Sistema de Gestão da Qualidade para os demais processos finalísticos da casa, aspecto que será considerado ao longo de 2017 e 2018.

Exemplos de aplicação de boas práticas já são percebidos nos ganhos de eficiência obtidos nos seguintes projetos conduzidos em 2016: Subsídios para a Agenda Nacional de Pós-Graduação - Capes-DAV (acompanhamento de todo o ciclo de vida do projeto); BNDES *IoT* (concepção - proposição comercial e pré-projeto); Agenda Positiva: mudança do clima e desenvolvimento sustentável (contratação e desenvolvimento do Portal das Renováveis, com execução do Processo de Aquisição de *Software*); Cidades Sustentáveis - GEF (apoio ao planejamento); e Memória Organizacional (contratação dos agentes de captura e evolução da ferramenta).

✓ **Observatório de Tecnologias Espaciais (OTE)**

Um dos resultados mais expressivos alcançados pelo Observatório de Tecnologias Espaciais (OTE) em 2016 foi a elaboração do seu relatório anual que visa oferecer alternativas de domínio de tecnologias ao setor espacial brasileiro, em particular aquelas relacionadas com o controle de atitude e órbita de satélites e sensores para a faixa do infravermelho de ondas curtas (*SWIR*, do inglês *short wave infrared*), tomando por base as informações obtidas pelo OTE de diversas fontes especializadas de informação.

As atividades do OTE em 2016 foram registradas no segundo e no terceiro números do "Boletim do OTE". No Boletim do OTE número 2 são apresentados todos os satélites resultantes da atividade espacial nacional e a proposta de uma nova tecnologia de propulsão para uso em plataformas espaciais. Essa tecnologia foi proposta pelo Prof. Philip Lubin, da Universidade da Califórnia, Santa Barbara, um dos 15 pesquisadores apoiados pela Nasa para desenvolver provas de conceito de novas tecnologias no âmbito do programa *Innovative Advanced Concepts*. O Prof. Lubin concedeu uma entrevista exclusiva para este número do "Boletim do OTE". A terceira edição do Boletim do OTE traz uma breve revisão do panorama mundial de *cubesats*, aplicações utilizadas, estatística de objetos lançados, produção técnico-científica, e algumas reflexões sobre

oportunidades que esses artefatos propiciam para o atendimento de necessidades do setor espacial brasileiro.

No conjunto das ações conduzidas pelo OTE, cabe destacar, ainda, a realização em maio de evento de divulgação científica, com o objetivo de destacar a participação de cientistas brasileiros na detecção de ondas gravitacionais. Vieram ao CGEE o Dr. Odylio Aguiar e o Dr. César Costa, do Inpe. Nessa ocasião, foram apresentados detalhes sobre o experimento Ligo, que fez a detecção dessas ondas, o significado dessa descoberta para a ciência e para a humanidade, além de terem sido discutidos aspectos relacionados ao planejamento científico e tecnológico de longo prazo. O evento foi destaque na imprensa local, por meio de ampla matéria veiculada pelo Correio Braziliense.

2.1.3. Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico

As alterações ocorridas no âmbito do MCTIC e o adiamento da renovação do Contrato de Gestão contribuíram de forma significativa para o retardamento da definição do Plano Diretor do CGEE para o novo ciclo do Contrato. A despeito desse fato, tiveram continuidade as negociações com o MCTIC objetivando a incorporação ao Plano Diretor, das orientações da Estratégia Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação (Encti).

Essa adequação será submetida do Conselho de Administração no início de 2017, do mesmo modo que a proposta de Plano de Trabalho para o novo ciclo. Com essas iniciativas tiveram continuidade as ações de preparação do novo Contrato, cuja expectativa é de seja assinado ainda em 2017.

2.1.4. Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e Outros Planos

Ao longo de 2016 foram conduzidas atividades referentes a 06 (seis) contratos administrativos assinados com integrantes do SNCTI e com instituições de CT&I do exterior. Os resumos de cada um deles são apresentados abaixo.

✓ Prospecção tecnológica no setor de energia elétrica (Aneel)

O Projeto prospecção tecnológica no setor de energia elétrica, demandado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e financiado por nove empresas do setor, é dividido em quatro etapas: diagnóstico, construção do futuro, posicionamento e consolidação final. O projeto tem a duração prevista de 24 meses e 9 produtos a serem entregues. Destes produtos, os principais (o primeiro, terceiro, quinto, sétimo e oitavo) são avaliados por dois comitês. O primeiro, comitê estratégico, é formado por membros e instituições que compõe a governança do setor. O segundo, comitê consultivo, é formado por consultores sênior do setor, contratados pelo CGEE. Além destes dois, existe também o “comitê gestor” do projeto, formado pelas 9 empresas que o financiam, e possui a finalidade de aprovar os documentos.

Até dezembro de 2016, o projeto entregou os primeiros quatro produtos que foram avaliados por dois comitês de apoio cujos posicionamentos, em geral, registram o atendimento aos objetivos aos quais os estudos até então realizados se propõem. Ambos os comitês também consideraram o projeto estratégico para o setor e nas atas de reunião exigiram registrar a necessidade de sua continuidade.

O projeto já gerou resultados e benefícios para a Aneel, conforme e-mail enviado em novembro deste ano (...A Aneel pretende usar os dados do projeto de prospecção para realizar uma

série de análises), e a equipe vem sendo convidada para palestrar em alguns eventos, como o Epase (como palestra magma) que é um evento organizado por e para os Gerentes de P&D das empresas do setor elétrico. A Aneel também já explicitou o convite para o Citenel, no qual a apresentação do projeto terá destaque.

Os três primeiros produtos concluem a primeira, maior e mais trabalhosa etapa do projeto (diagnóstico), o quarto produto é parte da segunda etapa (construção do futuro).

O primeiro produto objetivou fazer um mapeamento para delimitar o escopo e apresentar a metodologia. Esse produto é composto de um grande levantamento bibliográfico além de uma pesquisa estruturada.

O segundo produto, por se tratar de um produto intermediário, sofre alteração ao longo do projeto e por isto não é foco de avaliação dos comitês. Seu objetivo é apresentar o mapa conceitual dos indicadores e toda a informação utilizada na etapa do diagnóstico e seu tratamento.

O terceiro produto descreve e apresenta o resultado da etapa diagnóstico. É o produto mais volumoso e importante da etapa, pois apresenta o mapa do conhecimento (que identificou mais de 2000 linhas de PD&I no setor, obedecendo ao escopo do primeiro produto), o mapa de componentes (que descreve os componentes de cada rota identificada) e os indicadores e sua análise por macrotemática (agregação das rotas tecnológicas). O mapa do conhecimento é um menu de opções que pode ser utilizado por tomadores de decisão do governo ou das empresas para suas respectivas estratégias de PD&I. Vários especialistas e gestores vêm demandando esse mapa, mas devido ao fato do contrato ser regido por cláusula de sigilo, ainda não foi possível disponibilizar. Por este motivo o CGEE enviou uma proposta para publicação desse volume de forma não editada. Com isto se espera fomentar o setor com informação, mas também receber uma resposta do público.

O quarto produto, último entregue, foi uma nota técnica sobre a visão de futuro. Ele inicia com um levantamento de tendências e propõe uma visão de futuro específica para cada uma das 47 macrotemáticas contempladas pelo estudo. Este produto visa orientar os trabalhos da etapa de construção do futuro. Este documento será debatido com o Ministério de Minas e energia e a Empresa de Pesquisa Energética para que esteja consistente com o planejamento setorial.

As próximas atividades serão o ciclo de debate sobre o cenário tecnológico, o ciclo de debate com especialistas, construção dos *roadmaps* e seu desdobramento na agenda estratégica de ações de CT&I, que compõe a etapa de posicionamento. Por fim, o projeto é consolidado em um documento executivo chamado Relatório Final, artigos e a base de dados.

A importância do projeto é ressaltada por mensagem do Presidente da EPE e do Presidente da ONS que disponibilizaram equipe de todas as áreas da instituição para interagir com o projeto. Em reunião, o projeto também foi destacado pelo secretário de Planejamento e desenvolvimento energético do ministério de Minas e Energia.

Espera-se que o projeto possa fomentar o desenvolvimento do setor elétrico nacional

✓ **Subsídios para a Agenda Nacional de Pós-Graduação**

Em 01 de junho de 2016, a Capes contratou o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) para gerar informações qualificadas que subsidiem os processos de tomada de decisão dos gestores da Capes no que se refere às suas ações e programas, em especial, recomendações contidas no PNPG 2011-2020 para o aperfeiçoamento do SNPG, construção da Agenda Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação (ANPG) e a Avaliação Quadrienal 2017. O trabalho contratado foi estruturado em quatro módulos, correspondentes a quatro etapas, envolvendo atividades e produtos complementares e articulados entre si.

O Plano de Trabalho (Marco Inicial - Módulo 1) teve como objetivo definir as bases conceituais e metodológicas do estudo, com o detalhamento das atividades desenvolvidas nos demais módulos, a descrição dos produtos obtidos, o cronograma e a estrutura de governança e acompanhamento das etapas e suas atividades.

O Módulo 2 visou identificar os tempos médios dispendidos pelos coordenadores em atividades administrativas. Como parte de um conjunto de atividades desenvolvidas, o CGEE conduziu consulta eletrônica junto aos coordenadores de PPG, que teve por objetivos identificar: os tempos médios dispendidos pelos coordenadores em atividades administrativas (Módulo 2); e os temas de pesquisa considerados estratégicos para o País e suas regiões, no horizonte temporal de 2020, e que sejam também de relevância para a pesquisa internacional (Módulo 3). A consulta foi realizada por meio eletrônico junto aos 4.815 coordenadores de PPG credenciados pela Capes utilizando a ferramenta *InsightSurvey* (IS) do CGEE. Foi aplicado um único formulário contendo as questões referentes aos módulos 2 e 3. Os itens do formulário relacionados à identificação de tempo dispendido em atividades administrativas abordaram questões como: forma de escolha do coordenador de pós-graduação; presença de vice-coordenador, subcoordenador ou suplente; experiência em atividades de coordenação de programas de pós-graduação; distribuição do tempo dispendido em atividades acadêmicas e administrativas; identificação do esforço especificamente em atividades administrativas; e sazonalidade do esforço em atividades administrativas. Além do relatório que apontou alguns dos principais resultados, foi construído um sistema de informação com todos os resultados obtidos, além da inserção de outras variáveis consideradas importantes para essa atividade, tais como: Grande Área, Área de Avaliação, Unidade Federativa (UF), Bolsa Produtividade, nota Capes, natureza jurídica da IES e modalidade do programa de pós-graduação.

O Módulo 3 teve como objetivos específicos a identificação dos temas de pesquisa considerados estratégicos para o País e suas regiões, no horizonte temporal 2020, e que, eventualmente, sejam de relevância para a pesquisa internacional; e a identificação dos temas de pesquisa em desenvolvimento no País, por meio do mapeamento da produção científica atual dos docentes e discentes dos programas de pós-graduação. No que se refere ao primeiro objetivo, as informações coletadas na consulta eletrônica sobre os temas de pesquisa considerados estratégicos para o País foram tratadas por meio de técnicas de mineração de dados e processamento da linguagem natural de forma a produzir mapas, cujos temas foram agrupados em função da similaridade semântica a partir dos seus títulos e respectivas descrições com o uso da ferramenta *InsightNet* (IN) do CGEE. Assim os 8.249 temas estratégicos apontados na consulta foram agrupados em 58 mapas de temas estratégicos (9 mapas por Grande Área e 49 mapas por Área de Avaliação) e posteriormente exportados para o visualizador *InsightNet* Browser. Para o alcance do segundo objetivo do Módulo 3, foram identificadas as redes de coautoria e de similaridade semântica formadas pela produção científica dos docentes e discentes dos PPG credenciados na Capes, com o emprego da ferramenta *InsightNet*. Foram construídas 214 redes de conhecimento a partir de 87.019 currículos de docentes e 468.960 currículos de discentes. Todas as redes foram exportadas para o visualizador *InsightNet* Browser, o que facilitou a navegação por Grande Área e por Área de Avaliação. Adicionalmente, as palavras-chave identificadas pelos coordenadores de PPG relacionadas com os temas por estes apontados na consulta eletrônica foram comparadas com as palavras-chave obtidas a partir dos seus currículos Lattes. Com os resultados encontrados a partir da comparação dos dois conjuntos de palavras-chave, foram geradas nuvens de termos que destacaram as palavras-chave identificadas pelos coordenadores de PPG na consulta que foram encontradas ou não na produção científica e tecnológica registrada na Plataforma Lattes, para cada Área de Avaliação e Grande Área. As nuvens de termos foram construídas e apresentadas por meio do software Tableau.

Finalmente, o Módulo 4 teve por objetivos identificar o compartilhamento de docentes entre os programas de pós-graduação stricto sensu conduzidos por instituições pertencentes ao

SNPG; e estabelecer relações entre dados e informações sobre egressos dos programas de pós-graduação stricto sensu conduzidos por instituições pertencentes ao SNPG.

Para a identificação do compartilhamento de docentes entre os PPG foi empregada a metodologia de análise de redes e a ferramenta *InsightNet*, do CGEE. Foram geradas redes dirigidas e não-dirigidas, por Grande Área e Área de Avaliação, que apresentaram como nós as instituições de vínculo dos docentes e como arestas o número de docentes cadastrados em PPG de diferentes instituições. No que se refere ao segundo objetivo do Módulo 4, foram gerados dados e informações sobre a formação e a natureza dos vínculos empregatícios formais dos mestres e doutores, tomando como elemento principal de referência cada um dos PPG originários da titulação dos indivíduos. As bases de dados utilizadas foram Coleta Capes e Plataforma Sucupira, RAIS e Plataforma Lattes. As informações foram geradas de acordo com as seguintes variáveis: áreas de avaliação da Capes, instituição, localização, nota de avaliação da Capes, área e grande área do conhecimento, número de titulados num período definido; tipo de titulação (mestrado profissional ou acadêmico), ano de titulação, idade, emprego do conjunto dos titulados, situação do emprego dos titulados, atividade econômica do empregador; ocupação no vínculo principal de emprego, e remuneração. As informações sobre a situação do emprego foram processadas para as coortes de titulados 2, 5 e 10 anos antes do ano de referência da última RAIS disponível (2014). Os resultados foram apresentados na forma de planilhas, dirigidas às diferentes Áreas de Avaliação, com as informações sobre egressos dos programas de pós-graduação a elas vinculadas.

O contrato teve a duração de 212 dias e vigorou até 30 de dezembro de 2016.

✓ **Cidades sustentáveis - Piloto Brasília**

O objetivo geral deste contrato, cujos trabalhos foram todos realizados ao longo de 2016, foi o de desenhar as características, atividades e suporte que um Observatório de Inovação para Cidades Sustentáveis (a ser posteriormente operado pelo CGEE) pode oferecer para o Projeto GEF/Banco Mundial, bem como para seus parceiros principais, incluindo MCTIC, os governos do GDF e do Recife, a Plataforma Cidades Sustentáveis da Nossa Rede São Paulo e a agência implementadora UNEP, além de outros entes federais e estaduais e da própria sociedade civil. Dando andamento às articulações iniciadas em 2015, uma reunião realizada com todos os parceiros compreendendo o comitê executivo do Projeto GEF em 22/03 foi fundamental para alavancar o protagonismo do Observatório e garantir um salto do orçamento originalmente previsto de \$ 1,000,000.00 para \$ 3,500,000.00. Outras reuniões bilaterais com a UNEP ou em conjunto com o GDF e, esporadicamente, com representantes de Recife e de São Paulo, foram organizadas para garantir integração entre os distintos componentes do projeto, bem como para refinar o papel de cada componente no mesmo. O primeiro plano detalhado do Observatório para os cinco anos de projeto foi entregue à UNEP em junho de 2016. Diversos refinamentos foram realizados até que, ao final de junho, todos os parceiros se reuniram em Brasília para integrar os diversos planos de trabalho desenhados individualmente. Nessa ocasião foi possível definir os principais desafios a serem enfrentados pelo GDF e por Recife no desenvolvimento do projeto, assim como alinhar os interesses do MCTIC e da UNEP, foco institucionais de atuação inicial do Observatório. No início de agosto, a primeira versão completa do Projeto GEF Brasil foi submetida oficialmente ao GEF e, durante os meses de setembro a novembro foram realizados os refinamentos necessários na proposta por parte dos parceiros em coordenação com a UNEP, para que fosse possível se realizar a entrega final do Projeto GEF Brasil ao GEF no final de novembro de 2016. A avaliação e aprovação final do Projeto deverá ocorrer até final de janeiro de 2017 e uma reunião inaugural para dar início à efetiva implantação do mesmo está planejada para março ou maio de 2017, provavelmente em Singapura, com todas as cidades participantes globalmente. Ao longo do projeto foram realizadas duas reuniões organizadas pelo próprio GEF/Banco mundial, uma em março em Singapura e outra em setembro em Frascati, para, na primeira, realizar o *kick-off* global da iniciativa com a

participação de representantes de todas as cidades que tiveram projetos aprovados e, na segunda, discutir indicadores, melhorias necessárias nos projetos e verificar com as cidades participantes potenciais suportes que podem ser oferecidos pelo Banco Mundial e parceiros potenciais como o *Local Governments for Sustainability* (ICLEI), Banco Interamericano de Desenvolvimento, entre outros.

✓ **Desdobramento do Projeto GRIPEN NG**

Trata-se de um estudo exploratório, de dois meses, contratado ao CGEE pela *Swedish Agency for Growth Policy Analysis*, que se justifica pela oportunidade de avançar na análise dos desdobramentos potenciais esperados para a economia brasileira do projeto de aquisição e desenvolvimento do caça Gripen NG. Trata dos potenciais impactos de suas tecnologias sobre outros setores que não aqueles envolvidos na cadeia produtiva aeronáutica brasileira. O projeto se beneficia de iniciativas anteriores de outras instituições do país e do próprio CGEE em torno à discussão das estratégias nacionais para a cadeia produtiva aeronáutica e toma como ponto de partida a definição, em estudo anterior do Centro, das tecnologias críticas para o avanço na apropriação e absorção de conhecimentos necessários ao desenvolvimento do setor. Na análise dos desdobramentos das tecnologias do Caça sobre vários setores da economia brasileira, o projeto incorpora a contribuição de ferramentas de inteligência tecnológica recentemente desenvolvidas pelo Centro, de análise de redes de competência e campos de associação de patentes dentre outras, além de se beneficiar das bases de dados disponíveis acerca dos recursos humanos dedicados à pesquisa no país. O projeto promove a seleção de quatro dos nichos tecnológicos mais significativos que emergem do projeto Gripen NG e delinea que setores e campos de atividade tendem a ser mais impactados no Brasil por suas contribuições. Por fim, o projeto assinala um conjunto de recomendações de política relacionadas à promoção do aproveitamento dessas tecnologias e traça possíveis campos futuros de investigação relacionados ao tema.

O relatório do projeto final foi entregue para a *Swedish Agency for Growth Policy Analysis* após ter sido discutido, em seminário realizado na ABDI em dezembro de 2016, com especialistas de várias instituições no país, a exemplo dos Ministérios da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, da Defesa e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, da própria ABDI e do BNDES. Espera-se retomar o diálogo sobre os resultados alcançados e perspectivas de desenvolvimento de novas reflexões no tema a partir do início do ano de 2017.

✓ **Estado do Setor de Celulose**

Este projeto refere-se a uma pequena colaboração de natureza contratual firmada entre o CGEE e a *Swedish Agency for Growth Policy Analysis - Growth Analysis* que visa, também, estreitar os laços entre as instituições e identificar sinergias para realização de estudos de interesse para o Brasil e para a Suécia. O objetivo deste contrato foi o de apresentar o estado do setor de celulose e papel no Brasil, no que tange às questões de inovação e políticas públicas. Neste âmbito, foi elaborada uma nota técnica para responder a dois perfis de perguntas. O primeiro trata do *modus operandi* das empresas do setor no que diz respeito a estratégia e inovação. O segundo explora o apoio oferecido pelo governo brasileiro para o desenvolvimento sustentável dessa indústria. Para isto, a nota técnica foi organizada de acordo com a seguinte estrutura: a) introdução; b) perfil do País; c) competitividade industrial; d) estratégias do setor; e) processo de inovação; e f) políticas públicas. Na seção perfil do País são apresentados os dados referentes à produtividade do setor, assim como a sua representatividade para a economia brasileira. No tópico sobre competitividade são apresentadas as vantagens competitivas do setor sobre os principais competidores internacionais. Ressalta-se, também, a alta produtividade das espécies madeireiras cultivadas no Brasil, principalmente eucalipto e pinus, que estão prontas para corte com seis-sete anos de idade.

Nas secções estratégias do setor e processo de inovação é apresentado como as empresas têm investido em ciência e tecnologia para ampliar sua gama de produtos e focar menos em commodities, com investimentos em biorrefinarias para produção de produtos químicos verdes. Ao final, a seção sobre políticas públicas faz um resumo dos principais subsídios a atividades no setor de celulose e papel, destacando linhas de financiamento e perfil dos seus beneficiários. Esta nota técnica foi apresentada no final de 2016 à *Growth Analysis*, que a recebeu com expectativas de iniciar o diálogo para tratar de novas possibilidades de trabalho entre a contratante e o Centro no primeiro trimestre de 2017.

✓ Apoio à edição de um livro sobre a seca no Nordeste

Trata-se de uma colaboração de natureza editorial para o lançamento da versão em português do Livro Secas no Brasil: política e gestão proativas, organizado por Erwin De Nys e Nathan L. Engle (Banco Mundial) e Antonio R. Magalhães (CGEE). O livro trata de como o governo e a sociedade brasileira têm reagido ao fenômeno das secas, prestando contas do esforço realizado nos últimos três anos para consolidar uma política nacional sobre o tema. Foi publicado originalmente em inglês nos Estados Unidos. Resultou da participação ativa de uma delegação brasileira chefiada pelo Ministério da Integração Nacional na Reunião de Alto Nível sobre Políticas Nacionais de Secas, organizada pela Organização Meteorológica Mundial (OMM), Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD) e pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), que reuniu delegações de mais de 80 países, marco importante para a definição de um modelo de política para o setor. O livro representa uma contribuição de um grupo de especialistas brasileiros e estrangeiros e, na sua edição inglesa, foi concluído ao final de 2015. A versão em português foi distribuída pelo Banco Mundial e pelo CGEE para parceiros nacionais qualificados. O lançamento do livro ocorreu no Seminário de Avaliação da Seca de 2010-2016 no Nordeste, realizado em Fortaleza, evento organizado pelo CGEE em parceria com a Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme), o Banco do Nordeste (BNB), a Agência Nacional de Águas (ANA), o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Banco Mundial (BM).

2.2. Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e Resultados dos Planos

O **Anexo III** “Quadro Resumo de Projetos e Atividades” demonstra a posição dos projetos em 31 de dezembro de 2016

2.3. Desempenho Orçamentário

O nível de execução orçamentária em 2016 ficou bem aquém do previsto, embora os números originais já fossem significativamente inferiores à série histórica do Centro. Esse fato deveu-se não apenas pela redução absoluta dos valores do Contrato de Gestão, mas, também, por conta de estratégia adotada pela direção do Centro no sentido de ampliar de forma significativa o volume de trabalho desenvolvido com os recursos humanos do próprio CGEE.

Por outro lado, os números apresentados na Linha de Ação “Desenvolvimento Institucional” refletem os gastos com verbas rescisórias, resultantes da desmobilização de pessoal que o Centro foi obrigado a fazer em 2016 e que implicou na redução de praticamente 40% do efetivo, em relação aos números de setembro/2015. Essa providência, decidida quando da constatação de que o montante do Contrato de Gestão seria ainda significativamente inferior aos números constantes da Lei Orçamentária Anual (LOA), foi adotada em junho e terá sua repercussão efetivamente percebida apenas em 2017, quando deverá ser restabelecido o equilíbrio entre gastos

com pessoal e encargos e os demais gastos do Centro. No **quadro 1** abaixo resta demonstrado a previsão e a realização de gastos no ano de 2016.

QUADRO 1 - DEMONSTRATIVO DAS PREVISÕES DE DISPÊNDIOS X GASTOS EFETIVAMENTE REALIZADOS POR LINHA DE AÇÃO

Demonstrativo das Previsões de Dispendio X Gastos Efetivamente Realizados				
Linhas de Ação	Previsto	Realizado	Participação Percentual	
			Previsto	Realizado
Estudos, Análises e Avaliações	1.039.201,50	248.601,50	4,30	1,14
Articulação	5.172.359,45	148.504,79	21,40	0,68
Apoio Técnico a Gestão Estratégica do SNCT&I	1.514.386,70	1.211.876,26	6,27	5,56
Disseminação da Informação em CT&I	203.006,93	251.065,63	0,84	1,15
Desenvolvimento Institucional (Gestão Operacional)	16.238.532,74	19.946.960,52	67,19	91,47
TOTAL	24.167.487,32	21.807.008,70	100,00	100,00

Fonte: Elaboração própria

2.3.1. Demonstrativo da Execução das Despesas

A aplicação dos recursos repassados ao CGEE correspondente no ano de 2016 é detalhada por Conta Contábil de dispêndios, conforme indicado no **quadro 2**:

QUADRO 2 - RELATÓRIO COMPARATIVO DE DISPÊNDIOS

Dispêndios Realizados Por Linha Contábil	2016			2015		
	Valor Parcial	Valor Total	%	Valor Parcial	Valor Total	%
Pessoal e Encargos – Quadro Efetivo	13.132.660,99	14.101.539,05	64,55	16.751.800,95	18.239.712,25	59,16
Pessoal e Encargos – Quadro Vinculado às ações	968.878,06			1.487.911,30		
Eventos, Diárias, hospedagens e Passagens		662.051,97	3,03		1.250.046,92	4,05
Consultoria Externa		1.569.061,66	7,18		4.807.353,21	15,59
Manutenção Administrativa		4.430.724,42	20,28		5.082.715,83	16,49
Outras Despesas Operacionais		1.043.631,60	4,78		1.325.902,89	4,30
Investimentos		40.410,91	0,18		125.601,09	0,41
TOTAL		21.847.419,61	100,00		30.831.332,19	100,00

Fonte: Elaboração própria

Cabe registrar a redução nos números absolutos da conta pessoal e encargos, obtida a despeito do impacto produzido pelos custos das rescisões contratuais efetuadas em junho, feitas para ajustar os números globais do Centro à realidade trazida pelos novos valores do 11º Termo Aditivo.

Registra-se ainda a expressiva redução observada na conta Consultoria Externa, consequência direta da adoção de uma metodologia de trabalho que, para ajustar-se as dificuldades financeiras, privilegiou o desenvolvimento dos trabalhos com a equipe técnica do Centro executado com o emprego de novo ferramental que confere maior eficiência às metodologias utilizadas em estudos conduzidos pelo CGEE.

2.3.2. Informações sobre a Realização das Receitas

As receitas efetivamente recebidas no ano de 2016 correspondem integralmente à parte do saldo remanescente do 8º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão repassado pelo FNDCT/FINEP e ao saldo remanescente do 11º Termo Aditivo repassado pelo MCTIC.

✓ Repasse Contrato de Gestão em 2016

A seguir é apresentado no **quadro 3** demonstrativo dos repasses recebidos do Contrato de Gestão, os meses em que isso ocorreu e o Termo Aditivo a que se referem:

QUADRO 3 - DEMONSTRATIVO DOS REPASSES RECEBIDOS DO CONTRATO DE GESTÃO EM 2016

DEMONSTRATIVO DE RECEBIMENTOS FINANCEIROS CONTRATO DE GESTÃO 2016					
	2014	2015	2016		TERMO ADITIVO
Fonte de recurso	A receber	A receber	RECEBIMENTO EFETIVO		
Contrato de Gestão	Saldo remanescente	Saldo remanescente	VALOR	DATA	
FINEP	5.000.000,00		1.000.000,00	28/01/16	8º
			500.000,00	22/02/16	
			500.000,00	26/02/16	
			1.500.000,00	29/04/16	
			1.000.000,00	11/06/16	
			500.000,00	21/06/16	
MCTIC		8.000.000,00	1.000.000,00	12/07/16	9º
			1.000.000,00	17/08/16	
			1.000.000,00	14/09/16	
			500.000,00	29/09/16	
			750.000,00	20/10/16	
			750.000,00	18/11/16	
			1.125.000,00	06/12/16	
			1.875.000,00	12/12/16	
TOTAL	5.000.000,00	8.000.000,00	13.000.000,00		

Fonte: Elaboração própria

✓ Receitas Financeiras

São tratados como receitas financeiras pelo CGEE os rendimentos de aplicações no mercado financeiro, os descontos obtidos junto aos fornecedores e variações ativas. Durante o ano de 2016 essas receitas representaram um total de R\$ 720.846,92 (Setecentos e vinte mil, oitocentos e quarenta e seis reais e noventa e dois centavos) representando um decréscimo de 64,56% em relação ao mesmo período de 2015.

Essa expressiva redução nas receitas financeiras se deu especialmente em razão dos baixos valores aplicados pelo Centro no ano de 2016, não apenas em função da redução dos montantes repassados pelo MCTIC, mas também pela forma dispersa no tempo como esses repasses foram realizados ao longo do ano.

✓ Outras Receitas

Foram registradas em 2016 receitas decorrentes de recuperação de despesas no montante de R\$ 228.054,93 (Duzentos e vinte e oito mil, cinquenta e quatro reais e noventa e três centavos). Neste conjunto, a mais relevante trata-se do retorno de provisão para pagamento de contratos finalísticos que foram cancelados.

2.4. Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho

Em atendimento às determinações do Acórdão 3.304 de 26/11/2014 do TCU, durante o ano de 2016 foram consolidados o conjunto de indicadores incluídos inicialmente no 9º Termo Aditivo, tendo seus resultados sido considerados no Relatório Anual (Janeiro a Dezembro 2016), elaborado pela Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão do CGEE, em reunião realizada entre os dias 25 e 26 de abril de 2017.

Os resultados são sumarizados na Tabela 1 “Comparativo das Metas programadas e alcançadas”, constante do **Anexo IV** - (Relatório Anual 2016 da Comissão de Avaliação - CA), o que evidencia o atingimento das metas pactuadas para o ano de 2016

Os indicadores utilizados são os seguintes:

1. Execução Física do Plano de Ação;
2. Taxa de Reprogramação do Prazo de Entrega;
3. Entrega ao Demandante;
4. Impactos das ações;
5. Visibilidade Institucional;
6. Repercussão dos trabalhos desenvolvidos;
7. Instituições Participantes em Eventos Promovidos;
8. Avaliação dos resultados das subações pelos demandantes;
9. Custo relativo do trabalho técnico especializado; e
10. Custo de manutenção e operação.

A consolidação e reafirmação de sua adequabilidade orientarão sua inclusão e adoção plena por ocasião da renovação do Contrato de Gestão.

3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

O conjunto de informações constantes da “estrutura de governança, gestão de riscos e controles internos”, cujos subitens recepcionados nesta seção trazem a seguinte distribuição: 3.1. Descrição das estruturas de governança, 3.2. Informações sobre dirigentes e colegiados, 3.3. Informações sobre a Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão; 3.4. Autuação da unidade de auditoria interna, 3.5. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos, 3.6. Gestão de riscos e controles internos, 3.7. Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados. Em observância aos dispositivos legais em vigor, o subitem 3.8 contempla as Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada.

3.1. Descrições das Estruturas de Governança

A estrutura de governança do CGEE consiste em um conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho da instituição, visando apoiar a constante melhoria de suas atividades, assim como da alocação eficaz dos recursos fomentados à instituição, contribuindo para o cumprimento os objetivos estratégicos do Contrato de Gestão estabelecidos no art. 5º de seu Estatuto social.

Considerando sua natureza jurídica de Associação Civil, sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social pelo Decreto nº 4.078/2002 e as disposições da Lei nº 9.637/1998, o Centro possui uma estrutura de governança orientada por seu Estatuto Social aprovado pelo Conselho de Administração em 06 de julho de 2012, conforme Resolução CA nº 147/2013 e por seu Regimento Interno alterado em dezembro 2013.

O CGEE é norteado por um Conselho de Administração, que é seu órgão de orientação e deliberação superior, formada por membros natos e eleitos, dotado de atribuições específicas que estão previstas na Seção II, elencados nos arts. 19 a 28 do Estatuto Social do Centro.

Quanto a seu corpo diretivo, o Centro é composto por um Presidente, um Diretor Executivo e até cinco Diretores, cabendo-lhes promover, executivamente, os objetivos institucionais, segundo as diretrizes e planos aprovados pelo Conselho de Administração, conforme leitura do art. 29 de seu Estatuto Social.

A seguir no subitem 3.2 são descritas informações que complementam os dados relativos ao item em questão.

3.2. Informações sobre Dirigentes e Colegiados

3.2.1. Principais Dirigentes do Centro

A composição da Diretoria do Centro, cuja base legal tem amparo em seu Regimento Interno, cujo art. 6º traz expresso que as atividades de direção possui uma estrutura composta por: Presidente; Diretores e Gestor Administrativo, e também no seu Estatuto Social que dispõe no art. 29 que o CGEE será dirigido por um Presidente, um Diretor Executivo e até cinco Diretores, a distribuição e detalhamento de suas competências estão definidas no referido Regimento Interno, conforme consta do Parágrafo Único do mesmo artigo.

Pautada em um modelo de gestão compartilhada, as principais decisões da Diretoria do CGEE são tomadas de forma colegiada por um corpo diretivo que, além dos do Presidente, do Diretor Executivo e dos Diretores do Centro, inclui, também, o Gestor Administrativo. O

Presidente, eleito pelo Conselho de Administração, tem mandato de quatro anos, podendo ser reconduzido.

Em 2016 a direção do CGEE foi composta por um Presidente, um Diretor Executivo e um Gestor Administrativo, sendo que até maio manteve-se com três Diretores, sendo que a partir de junho daquele ano a direção do Centro permaneceu com dois diretores face ao desligamento, a pedido, do então Diretor, Dr. José Messias de Souza.

Abaixo serão apresentadas informações consolidadas acerca da indicação dos cargos, datas de posse, bem como os atos de designação da composição do corpo diretivo do CGEE, cujos dados constam do **quadro 4** a seguir.

QUADRO 4 - COMPOSIÇÃO DO CORPO DIRETIVO DO CENTRO

Nome	Cargo	Ato de designação	Data da Posse
Mariano Francisco Laplane	Presidente	Eleito - 47ª Reunião do CA - 28/06/2011 Reconduzido na 63ª Reunião CA - 19/05/2015	20/07/2011
Marcio de Miranda Santos	Diretor Executivo	Eleito - 3ª Reunião CA - 24/01/2002	01/05/2002
Antonio Carlos Filgueira Galvão	Diretor	Resolução CA nº 049/2006	17/03/2006
Gerson Gomes		Resolução CA nº 46ª Reunião CA - 15/03/2011	17/03/2011
Edmundo Antonio Taveira Pereira	Gestor Administrativo	Delegação - Resolução nº 05/2002 Ordem Interna nº 085/2008	11/02/2008

Fonte: Elaboração própria

3.2.2. Informações sobre o Conselho de Administração

3.2.2.1. Representatividade dos Membros do Conselho de Administração

O Conselho de Administração do CGEE é o órgão máximo da estrutura de governança, composto por 20 membros natos e eleitos, sua composição conta com a participação de entes do Poder Público e da Sociedade Civil, de pessoas de notória capacidade e reconhecida idoneidade moral, cuja atuação está regulada nos termos do Estatuto Social do CGEE conforme expresso nos arts. 19 a 28 e possui representação que pode ser observada no **quadro 5** abaixo discriminado:

QUADRO 5 - REPRESENTATIVIDADE DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO CGEE

Representatividade	Instituição
Entidades representantes do Poder Público	• Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) • Ministério da Educação (MEC) • Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) • Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) • Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) • Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
Entidades representantes da Sociedade Civil	• Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) • Academia Brasileira de Ciência (ABC) • Confederação Nacional da Indústria (CNI) • Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) • Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)
Membros de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral da área de atuação do CGEE, indicados pelas Instituições	• Fórum de Pró - Reitores de Pesquisa e Pós Graduação (Foprop) • Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Ciência e Tecnologia (Consecti) • Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap) • Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec) • Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica (Abipti) • Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadores (Anpei)
Profissionais com notória contribuição às atividades de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação	• Representante do Empresariado Nacional • Representante dos Trabalhadores, indicado pelo Dieese
Representante dos Associados do CGEE	• Membro eleito Representante dos Associados do CGEE

Fonte: Elaboração própria

3.2.2.2. Reuniões do Conselho de Administração

Esse Colegiado (Conselho de Administração) se reúne ordinariamente a cada três meses e, extraordinariamente, sempre que convocada por seu Presidente ou por um terço de seus membros. No exercício de 2016 o Conselho se reuniu cinco vezes na sede do CGEE, em Brasília/DF, nas seguintes datas, conforme indicado no **quadro 6**.

QUADRO 6 - REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO CGEE

Nº da Reunião	Datas das Reuniões
66ª Reunião Ordinária	23 de fevereiro de 2016
Reunião Extraordinária	03 de maio de 2016
67ª Reunião Ordinária	23 de junho de 2016
68ª Reunião Ordinária	19 de setembro de 2016
69ª Reunião Ordinária	06 de dezembro de 2016

Fonte: Elaboração própria

3.3. Informações sobre a Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão

A Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão celebrado entre o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) (interveniente) e o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), instituída pela Portaria MCTI nº 261, publicada no DOU de 14/03/2014, alterada pela Portaria MCTI nº 761, de 25/07/2014, em cumprimento ao disposto no seu art. 3º e, em consonância com o disposto na Cláusula Décima Primeira - Da Fiscalização, do Acompanhamento e da Avaliação do Resultado - do Contrato de Gestão celebrado em 27 de maio de 2010, avalia o grau de alcance das metas e indicadores pactuados entre o CGEE e o Órgão Supervisor.

Estiveram presentes na reunião da Comissão de Avaliação ocorrida nos dias 25 e 26 de abril de 2017: Rogério Amaury Medeiros (Presidente), Maria Aparecida Stallivieri Neves, Odilon Marcuzzo do Canto; Sylvia Helena Figueiredo Prata (Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP); Luiz Fernando Fauth (MCTIC); Fábio Alexandre Barreto da Silva (Coordenador das Organizações Sociais - MCTIC), Hugo Sérgio Ungaretti (Coordenador de Avaliação - MCTIC) e Ayres Rodrigues de Melo (Assistente em C&T - MCTIC).

Após análise dos relatórios gerenciais produzidos pelo Centro e da verificação dos documentos e sistemas desenvolvidos pelo CGEE, no âmbito dos projetos constantes do Plano de Ação 2016 do Contrato de Gestão, o Centro recebeu a nota 9.9, em uma escala de 0 a 10, o que significa ter atingido plenamente as metas pactuadas entre as Partes para o ano em avaliação. Adicionalmente, a Comissão de Avaliação manifestou-se favorável quanto à conveniência e oportunidade de renovação do Contrato de Gestão, tomado por base o relatório de atividades do Centro no período de 2010-2016.

As informações acerca dos membros que compõem a Comissão de Avaliação encontram-se no quadro constante do **Anexo V**.

3.4. Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Desde sua criação o CGEE possui um Conselho Fiscal e é auditado por Auditoria Independente, cujo plano de trabalho é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração.

Dada a sua natureza jurídica, o Centro não está obrigado a adotar modelos de Auditoria ou Controladoria Interna. Todavia, possui mecanismos de acompanhamento da execução econômico financeira, submetidos periodicamente a uma auditoria externa independente, com análise dos controles e emissão de relatórios, bem como atendendo as demandas formuladas pelo Órgão Supervisor, além do acompanhamento trimestral de sua execução contábil, a qual é submetida à apreciação do Conselho Fiscal em reuniões que antecedem às reuniões do Conselho de Administração.

Possui também um sistema de acompanhamento de execução de Ações, Projetos e Atividades, onde são registrados os trabalhos desenvolvidos em cada uma. Esse sistema é utilizado para a emissão automatizada do Relatório Parcial (semestral) de Acompanhamento e do Relatório Final (anual) do Contrato de Gestão, aprovados pelo Conselho de Administração e submetidos à Comissão de Avaliação do Órgão Supervisor (MCTIC), para posterior homologação pelo Ministro de Ciência e Tecnologia e Inovações e Comunicações.

A avaliação dos resultados do Contrato de Gestão é feita pela Comissão de Avaliação instituída pelo MCTIC nos termos da Lei nº 9.637/98 e do estabelecido na Cláusula Décima Primeira do Contrato de Gestão, e é obtida a partir de reuniões semestrais, com base nos relatórios fornecidos pelo CGEE. A reunião intermediária (julho/agosto) visa o acompanhamento dos trabalhos em execução no Plano de Ação vigente e a segunda, normalmente realizada em março ou

abril de cada ano, procede à verificação do atingimento das metas pactuadas no Plano de Ação para o ano anterior, ao fim da qual a Comissão de Avaliação emite uma nota de avaliação de desempenho para o ano.

O Centro adota, ainda, o procedimento de divulgação de seus relatórios e balanços no Diário Oficial da União (DOU) e em jornal de circulação nacional, conforme cláusula específica constante do Contrato de Gestão, bem como mantém essas informações publicadas em seu site na Internet (<https://www.cgee.org.br/informacoes-institucionais>).

3.5. Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

O CGEE esclarece que não registrou no exercício de 2015 ocorrências que justifiquem a aplicação de medidas de correições. Por outro lado informa que o estabelecido na Portaria CGU nº 1.043/2007, que trata dos dados sobre a aderência de registro das informações relativas a processos disciplinares, não se aplica ao Centro, haja vista sua natureza jurídica.

3.6. Gestão de Riscos e Controles Internos

Conforme previamente informado no Relatório de Gestão de 2015, no intuito de aprimorar a governança do CGEE sobre suas atividades finalísticas, a gestão de riscos vem sendo implantada gradativamente em todos os componentes programáticos (projetos e serviços) do Centro, como um elemento mandatório do processo de Gestão do Ciclo de Vida de Projetos e Serviços, com potenciais impactos, também, na gestão administrativa da agenda de trabalho do CGEE.

Para tanto, é realizada uma análise qualitativa dos riscos, com o planejamento das respostas aos riscos e o monitoramento desses por parte de cada coordenador de projeto ou serviço, com o apoio da Unidade de Projetos do CGEE. Esta análise qualitativa dos riscos, por sua vez, serve como insumo para uma análise de riscos da carteira de projetos e serviços do CGEE como um todo, permitindo que o corpo diretor do Centro avalie os riscos e potenciais impactos em nível estratégico dos mesmos, contribuindo para a efetiva governança de sua agenda programática.

A abordagem utilizada para a gestão de riscos é fundamentada nas melhores práticas preconizadas pelo *Project Management Body of Knowledge (PMBoK)*, bem como nas características específicas observadas nos projetos e serviços executados e particularidades da inserção do CGEE no SNCTI, dada sua qualificação como Organização Social e condução da maior parte da sua agenda de trabalho no Contrato de Gestão, instrumento que define as condições de fomento e parceria do CGEE com a União.

Nesse sentido, conforme planejado no ano de 2015, a ampliação da gestão de riscos no Centro teve continuidade em 2016, com o desenvolvimento de funcionalidades relacionadas às boas práticas identificadas no Sistema Integrado de informações gerenciais do CGEE, com a criação de mecanismos de identificação, classificação e monitoramento dos riscos que objetivam automatizar o processo e facilitar a sua gestão. O desenvolvimento dessas funcionalidades encontra-se em sua versão inicial e sofrerá aprimoramento contínuo de acordo com as necessidades, dentro do plano de evolução do Sistema Integrado.

Cabe salientar que, em 2016, a análise dos riscos foi incorporada em todos os processos de apoio relacionados à gestão do Ciclo de Vida de Projetos e Serviços. Esse trabalho se dá como parte da iniciativa de certificar a qualidade dos processos finalísticos por meio dos padrões ISO 9001, com previsão de conclusão da sua primeira etapa no segundo semestre de 2017.

3.7. Informações sobre a Política de Remuneração paga aos Dirigentes e Membros do Conselho de Administração

Assim como os demais empregados, os dirigentes do Centro são contratados sob o regime de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A remuneração paga aos dirigentes é fixada pelo Conselho de Administração, cujos valores para 2016 estão representados no **quadro 7**, indicado abaixo, que corresponde ao período de janeiro a dezembro, nos moldes da Resolução CA nº 176 datada de 19/05/2015.

QUADRO 7 - REMUNERAÇÃO DOS CARGOS DE DIREÇÃO DO CENTRO

Cargo	Valores (R\$)*	Observação
Presidente	28.130,00	* Para os dirigentes que tenham mantido vínculo com outras instituições e foram requisitados, desde que tenham optado em continuar recebendo seu salário de origem, percebem gratificação equivalente a 60% do valor fixado para o titular da função.
Diretor Executivo	26.721,00	
Diretor	25.387,00	
Gestor Administrativo	25.387,00	

Fonte: Elaboração própria

Sobre a remuneração dos membros do Conselho de Administração, registra-se que não recebem qualquer tipo de remuneração pelos serviços prestados ao CGEE, em observância ao estabelecido no art. 43, Capítulo VII do Estatuto Social do Centro, bem como ao disposto no art. 3º, Seção III, inc. VII da Lei nº 9.637/98. Da mesma forma os membros do Conselho Fiscal também não recebem qualquer tipo de remuneração pelos serviços prestados ao CGEE.

3.8. Informações sobre a Empresa de Auditoria Independente Contratada

O trabalho desenvolvido pela auditoria externa reveste-se de papel fundamental para o CGEE na estruturação de seus processos com vistas ao correspondente aumento da eficiência e eficácia na melhoria das práticas de governança da instituição.

A auditoria externa é contratada para auxiliar o Conselho de Administração na fiscalização dos processos do Centro emitindo opinião sobre as demonstrações financeiras e de forma específica sobre o Contrato de Gestão, conforme determina o item X do artigo 4º da Lei 9.637/98 e o § 6º do artigo 34 da Portaria nº 1.123/15 - MCTI. O parágrafo 6º da referida portaria determina que a contratação da mesma empresa de auditoria ou auditor está limitada a três anos consecutivos. Em atendimento ao disposto na alínea “f” do artigo 2º da Lei 9.637/98 e a Subcláusula Terceira da Cláusula Décima Segunda do Contrato de Gestão, as demonstrações financeiras e o relatório de auditoria são publicados até dia quinze de março cada ano, relativamente ao ano anterior.

A empresa contratada para realizar o trabalho de Auditoria externa no ano de 2016 foi a “BDO RCS Auditores Independentes S/S”, inscrita no CNPJ sob o nº 54.276.936/0001-79 e Inscrição Municipal nº 9.194.734-0, sediada na Rua Major Quedinho, 90, 3º andar - Consolação - São Paulo/SP - CEP: 01050-030, e a modalidade utilizada para contratação foi o Pedido de Cotação 040/2016, atendendo ao previsto no Regulamento de Seleção e Contratação de Obras, Serviços e Compras do CGEE, artigos 7º e 8º.

O objeto do contrato consiste em: Prestação de serviços técnicos especializados de auditoria independente a serem prestados à contratante, compreendendo o acompanhamento e auditoria dos procedimentos adotados pela entidade quanto à arrecadação da receita e a execução da despesa, bem como, o exame das demonstrações financeiras e do Balanço Patrimonial, relativos ao exercício de 2016 e o valor do contrato importou em R\$ 28.000,00.

Quanto à publicação do Parecer de Auditoria Independente relativo às Demonstrações Financeiras do exercício 2016, o CGEE informa que o referido documento encontra-se disponível em seu sítio na internet (<https://www.cgee.org.br/informacoes-institucionais>), o qual foi publicado em 14 de março de 2017, na Seção 3 do Diário Oficial da União (DOU), páginas 122-125, tendo sido também veiculado no Jornal Estado de São Paulo (Estadão) no Caderno Economia - B13, em 15 de março de 2017.

4. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

Para a elaboração desse relatório o conteúdo orientador do TCU também abriu espaço para tratar das “áreas especiais da gestão”, dentre os itens/subitens expressos, o CGEE deixou de discorrer sobre o tema “gestão do patrimônio imobiliário da União”, face sua natureza jurídica de entidade civil sem fins lucrativos. No entanto, as informações acerca da gestão de pessoas, do patrimônio e infraestrutura, bem como a gestão da tecnologia da informação são apresentadas conforme descrição abaixo.

4.1. Gestão de Pessoas

4.1.1. Informações sobre a Estrutura de Pessoal da Instituição

Buscando ajustar-se às restrições financeiras impostas ao CGEE em 2016, o Centro procedeu à uma desmobilização expressiva em sua força de trabalho com o desligamento, em junho, de 24 profissionais, entre celetistas e servidores públicos cedidos, chegando ao final do exercício com um efetivo de pessoal composto por 61 profissionais. Somando-se aos desligamentos que já haviam sido realizados em outubro de 2015, a redução total do quadro atingiu um montante de 40% em relação aos números verificados naquele mês.

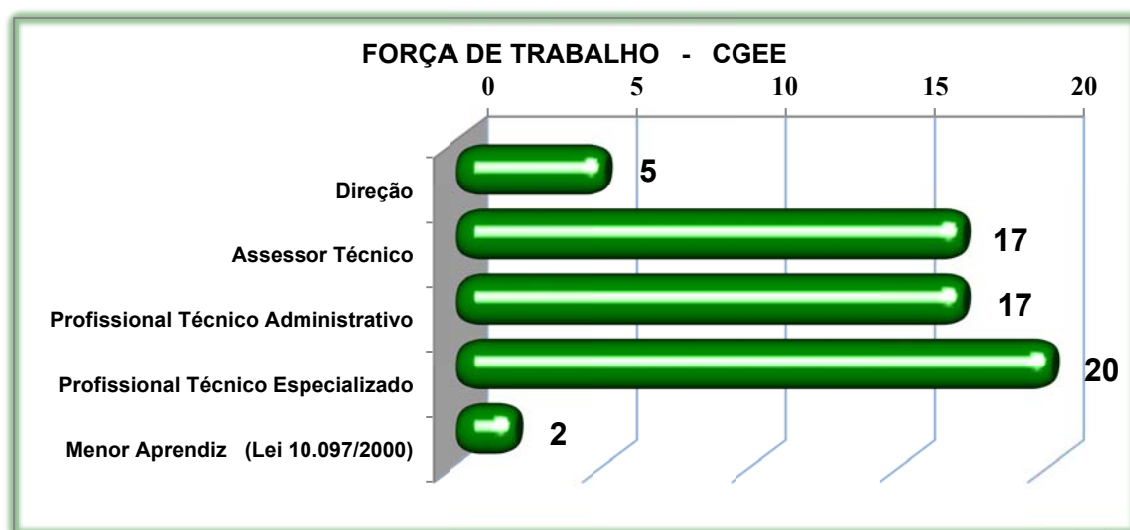
Além do ajuste quantitativo, o perfil profissional dos empregados foi alterado de forma a priorizar a manutenção de uma equipe técnica que combinasse competência e capacidade de execução dos trabalhos contratados no Contrato de Gestão e em contratos administrativos.

A seguir apresenta-se a composição da força de trabalho com base em 31.12.2016:

- ✓ **01** - Presidente;
- ✓ **01** - Diretor Executivo;
- ✓ **02** - Diretores, sendo 01 cedido pela Administração Pública Federal;
- ✓ **01** - Gestor Administrativo;
- ✓ **17** - Assessores Técnicos, sendo 03 cedidos por órgão da Administração Pública Federal e 14 em regime CLT;
- ✓ **15** - Profissionais Técnicos Administrativos - PTA (CLT - quadro permanente);
- ✓ **02** - Profissionais Técnicos Administrativos - PTA (CLT - contratados por prazo determinado vinculado a duração de um Projeto/Atividade);
- ✓ **15** - Profissionais Técnicos Especializados - PTE (CLT - quadro permanente);
- ✓ **05** - Profissionais Técnicos Especializados - PTE (CLT - contratados por prazo determinado vinculado a duração de uma Projeto/Atividade);
- ✓ **02** - Menores Aprendizizes (Lei 10.097/2000).

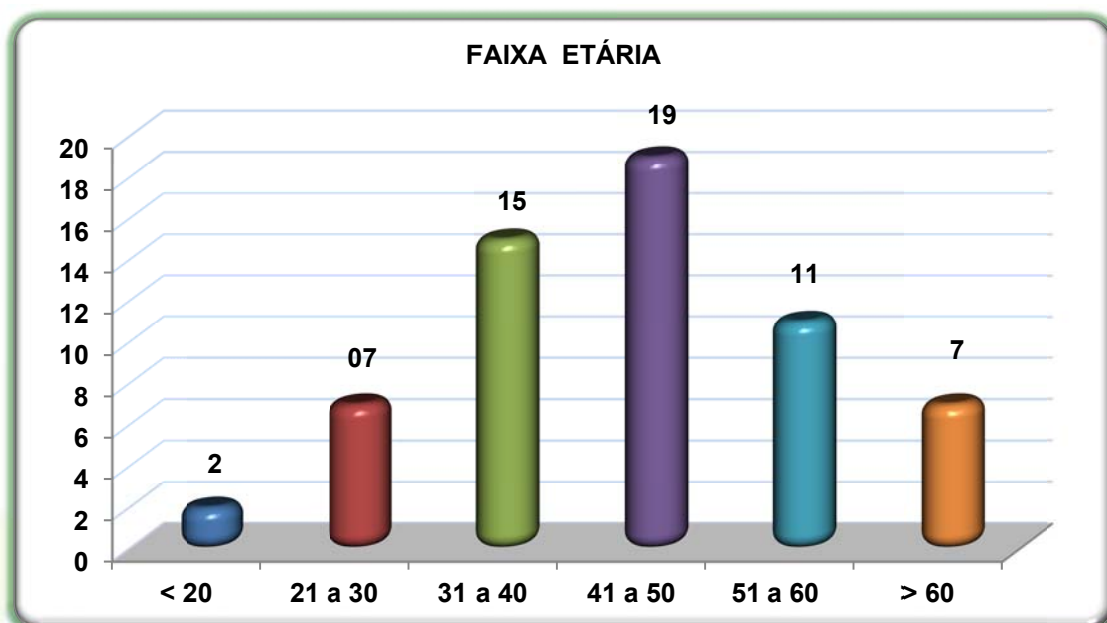
Vide a seguir demonstrativos gráficos desses números onde é apresentada a força de trabalho do CGEE relativa à estrutura de cargos, faixa etária e nível de escolaridade, bem como tipo de vinculação/ocupação:

GRÁFICO 1 - FORÇA DE TRABALHO DO CGEE



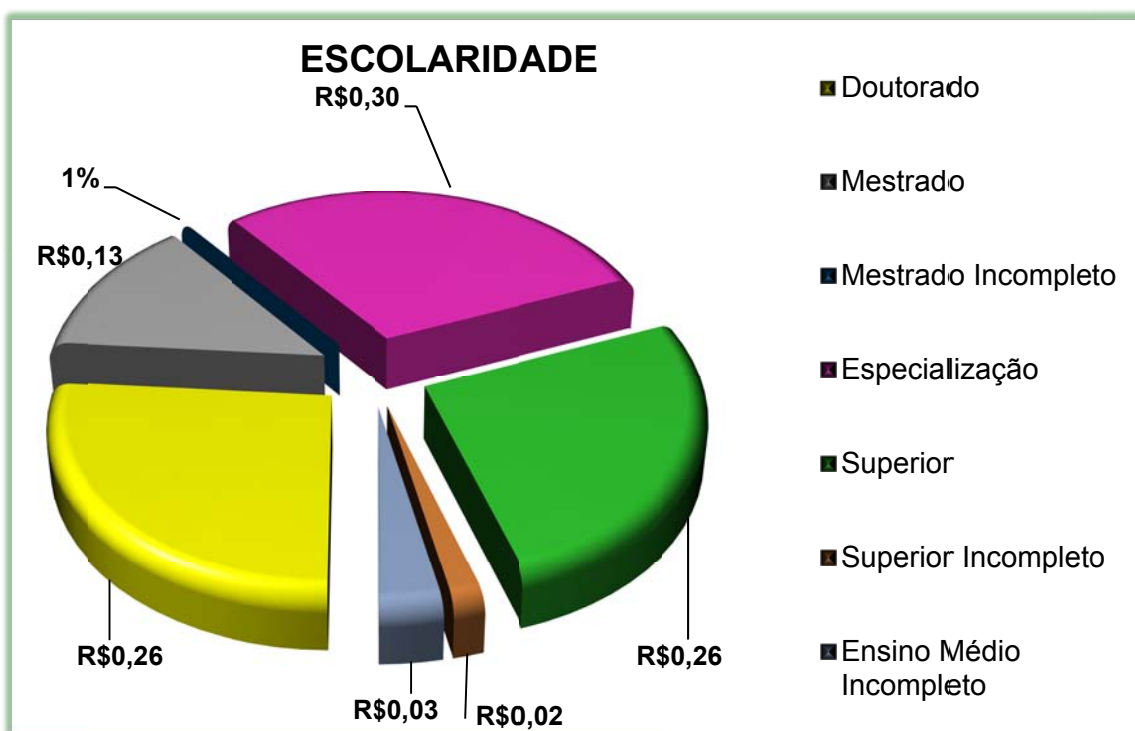
Fonte: Elaboração própria

GRÁFICO 2 - FAIXA ETÁRIA



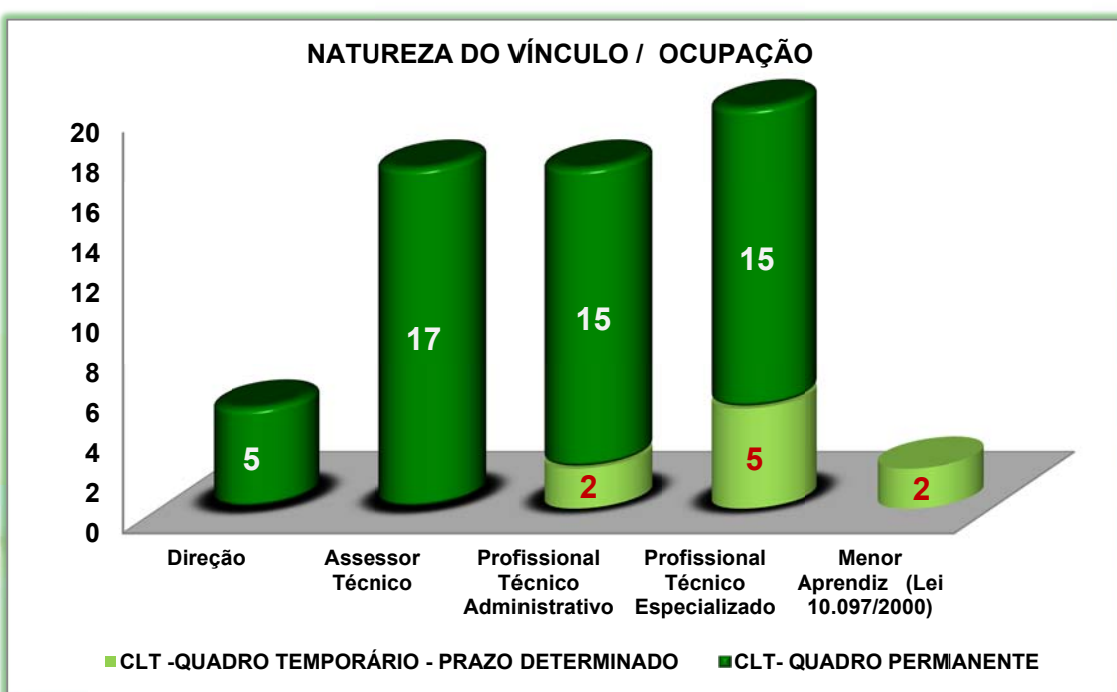
Fonte: Elaboração própria

GRÁFICO 3 - NÍVEL DE ESCOLARIDADE



Fonte: Elaboração própria

GRÁFICO 4 - TIPO DE VINCULAÇÃO/OCUPAÇÃO



Fonte: Elaboração própria

Em razão das dificuldades orçamentárias e financeiras que o Centro foi submetido durante o ano de 2016, as ações de treinamento e capacitação foram reduzidas a um mínimo imprescindível que não colocasse em risco a continuidade dos trabalhos ou que, alternativamente, não implicassem

em custos adicionais. Neste último caso se incluem os treinamentos promovidos pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), destinados ao pessoal de Tecnologia da Informação.

Destaque deve ser dado ao treinamento feito por três Profissionais Técnicos Especializados (PTE's), que participaram do "Curso de Avaliação de Resultados e Impactos de P&D", em Campinas, fruto de uma cooperação com a Unicamp. O curso permitiu a esses profissionais uma atualização dos seus conhecimentos na área de avaliação estratégica e uma utilização imediata dos conteúdos ministrados nos trabalhos desenvolvidos no Centro. Seis profissionais do Centro, desenvolvedores da equipe técnica da área de Tecnologia da Informação do CGEE participaram de treinamento em "Arquitetura SOA", cujo objetivo era consolidar conceitos e princípios dessa Arquitetura de Software, bem como o Desenvolvimento de *Web Services*.

Foi, também, viabilizada a participação de profissional da área de Recursos Humanos em uma atualização em legislação trabalhista, com foco nas mudanças da gestão de administração de pessoal provocadas pelo eSocial. No mesmo sentido foi adotada idêntica providência em relação à área contábil e financeira, com atualizações em ECF e SPED. Finalmente, foi feito um treinamento com o profissional encarregado do suporte a essas áreas com o objetivo de proporcionar conhecimentos sobre ferramentas de programação, banco de dados e desenvolvimento no sistema ERP Sênior, de modo a dotar o Centro da capacidade em adaptar esse sistema às necessidades do CGEE.

Será demonstrado no **Anexo VI** detalhamento das capacitações e treinamento de pessoal no ano de 2016, cujo Plano de Capacitação de Pessoal do Centro está evidenciado nas Resoluções da Presidência nºs. 02 e 03 de 2013.

As despesas com pessoal e encargos, a despeito de terem sido reduzidas em termos absolutos, sofreram um forte impacto em razão das desmobilizações feitas em junho, tendo atingido o montante de R\$ 14.101.539,05, representando 64,7% do total de gastos do Centro, no âmbito do Contrato de Gestão. O forte ajuste feito nos números de pessoal foi uma consequência direta da redução de aproximadamente 80% nas receitas oriundas do Contrato de Gestão, em relação ao ano de 2014, que passou de R\$ 32 milhões, naquele ano, para R\$ 6,6 milhões em 2016. O reflexo da redução operada, certamente, só será observado nos próximos anos, embora os custos desses desligamentos tenham onerado o presente exercício.

Com isso a relação receita/gastos com pessoal ficou altamente prejudicada em relação ao previsto na relação contratual e, embora essa questão tenha sido discutida em várias oportunidades com o Órgão Supervisor, inclusive com a proposta de inclusão de uma cláusula de ressalva no 11º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, o assunto ficou para uma discussão por ocasião da renovação do Contrato de Gestão a ser processada em 2017.

A expectativa é a de que, recompostos os níveis médios nos volumes de repasses do Contrato de Gestão e absorvidas as reduções de pessoal operadas, os números históricos dessa relação proporcional (receita/gastos), sejam restabelecidos.

Quanto aos colaboradores cedidos que pertencem aos quadros de Órgão ou Entidade da Administração Pública Federal, e que compõem a equipe do Centro, indicamos no **quadro 8** a relação dos servidores cedidos ao CGEE.

QUADRO 8 - RELAÇÃO DOS SERVIDORES DOS QUADROS DE ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL CEDIDOS AO CGEE

Nome	Admissão	Cargo	Órgão Cedente	Ônus repassado ao Órgão cedente
Antonio Carlos Filgueira Galvão	17/03/2006	Diretor	CNPq	Sem ônus para o CGEE (Cessionário)
Carlson Batista de Oliveira	16/06/2011	Assessor Técnico	CNPq	
Jackson Max Furtunato Maia	21/01/2013	Assessor Técnico	Inpe	
Sofia Cristina Adjunto Daher Aranha	01/02/2007	Assessor Técnico	CNPq	
Thyrso Villela Neto	08/10/2012	Assessor Técnico	Inpe	

Fonte: Elaboração própria

O CGEE esclarece que além dos profissionais acima relacionados compõe o grupo de cedidos à equipe do CGEE, o Presidente Mariano Francisco Laplane, economista, servidor público estadual, cedido desde 20/07/2011 pela Universidade Estadual de Campinas, com ônus para o CGEE.

4.1.2. Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal

Dada natureza jurídica do CGEE registra-se sua autonomia sobre a gestão de seus recursos humanos e a despeito das reduções no quadro de pessoal efetuadas em 2016 não existiram maiores riscos que comprometessem o atendimento aos compromissos assumidos pelo Centro.

4.1.3. Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

4.1.3.1. Contratação de Pessoal de Apoio

O CGEE procede à terceirização de serviços auxiliares de conservação e limpeza (três empregados), copeiragem (um empregado) e recepção (três empregados). A empresa prestadora de serviços é a Office Administração e Serviços, inscrita no CNPJ sob o nº 37.099.397/0001-20, tendo o contrato de serviços original firmado em 01/06/2004 e a última renegociação em 02/05/2017. O valor anual estimado do contrato totaliza R\$ 482.757,84.

Com relação aos serviços de transporte, o objeto de contratação prevê locação de veículos com motoristas. A empresa prestadora é a Unique Rent a Car Locadora de veículos, inscrita no CNPJ sob o nº 06.320.095/0001-07. Originalmente, em 06/03/2014, foram contratados dois veículos automotores com parcelas mensais no valor de R\$ 15.150,00. Posteriormente, em 30/10/2015 o contrato foi renegociado, objetivando a redução de custos, tendo sido devolvido o veículo executivo, atualizando a parcela mensal para o valor de R\$ 8.442,57.

4.1.3.2. Contratação de Estagiários

No âmbito da política de estagiários, o CGEE atende ao estabelecido na Resolução da Presidência do CGEE nº 04/2004 e na Lei nº 1.1788/2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, obedecendo ao exposto no Art. 17, o qual trata dos limites proporcionais em relação ao número de empregados da empresa.

O Centro mantém instrumento contratual, que se materializa por meio de Convênio nº 142790001, com a empresa Centro de Integração Empresa Escola (CIEE), inscrita sob o CNPJ nº 61.600.839/0001-55, celebrado em 2005, objetivando o desenvolvimento de atividades para promoção da integração ao mercado de trabalho, de acordo com a Constituição Federal (art. 203,

Inciso III e Art. 214, Inciso IV), por meio da operacionalização de programas de Estágio de Estudantes.

Originalmente o valor do referido Convênio foi firmado em R\$ 74,00 mensal por estudante e que, após renegociações em março de 2014, foi reduzido para R\$ 66,00 em vigor durante o ano de 2016.

O CGEE tinha em seu quadro até 31/12/2016, 12 (doze) estagiários todos de nível superior.

4.2. Gestão do Patrimônio e Infraestrutura

4.2.1. Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

Conteúdo não aplicável ao CGEE face sua natureza jurídica de entidade civil sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social pelo Decreto nº 4.078 de 09/01/2002 e nos termos da Lei Federal nº 9.637/98.

4.2.2. Informações sobre Imóveis Locados de Terceiros

O CGEE contrata 1.802,28 m² no 4º andar da torre C do Complexo Parque Cidade Corporate, de propriedade da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ), inscrita no CNPJ sob o nº 33.754.482/0001-24, onde está localizada sua sede e instalações de trabalho. O contrato foi firmado em 01/11/2012 pelo prazo de cinco anos, com valor original de R\$ 110,00 o m². Aplicado o índice de correção contratual para os anos de 2013, 2014 e 2015 o valor do m² atingiu R\$ 136,27. Em 16/12/2015, após renegociação, o referido valor sofreu redução temporária para R\$ 115,00 o m², o qual foi praticado no período de 11/2015 a 10/2016. Em 26/08/2016 objetivando nova redução de custos iniciamos uma nova negociação com a Previ, e em 14/02/2017, firmamos o segundo termo ativo ao contrato por um novo prazo de cinco anos tendo o valor do m² sido reduzido para R\$ 95,00.

4.3. Gestão da Tecnologia da Informação

a) Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

Ao longo de 2017, o CGEE irá considerar a oportunidade e conveniência da elaboração de um PETI ou PDTI à luz do Plano Diretor aprovado pelo Conselho de Administração e eventuais alterações que este documento possa vir a sofrer com o objetivo de ajustá-lo à versão 2016-2022 da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (Encti) aprovada pelo MCTIC, ao final de 2016.

b) Descrição das Atividades do Comitê Gestor de TI

O gerenciamento estratégico da Coordenação de TI é realizado pelo colegiado da Diretoria do Centro. As principais decisões desse colegiado na definição de diretrizes de ação para TI, no ano de 2016, alinham-se com a agenda de trabalho estabelecida no Plano de Ação anual constante do Contrato de Gestão e, em face das dificuldades pelas quais o País passou, incentivou intensamente a produção de ferramentas automatizadas aplicáveis diretamente nos processos finalísticos do Centro. Abaixo são apresentadas as principais decisões.

Em continuidade com as proposições da Unidade de Projetos em Gestão da Informação, foi inserido como meta para 2017 a automação do ciclo de vida de projetos e serviços, e gerenciamento

de carteira de projetos, em conformidade com os processos adotados para execução e gestão desses componentes programáticos do Centro. A Unidade de Projeto em Gestão da Informação é um núcleo que subsidia a Diretoria com informações sobre toda a carteira de projetos, além de auxiliar os coordenadores de projetos na elaboração, execução e acompanhamento dos mesmos, naquilo que se refere a boas práticas de gestão e, em particular, nos aspectos que envolvem o emprego e o desenvolvimento de tecnologias de informação.

Consolidação da família de ferramentas automatizadas Insight* (*Insight Survey, Insight Data, Insight Net, Insight Tech*) por meio da continuidade de ações evolutiva para suas funcionalidades e disponibilização em produção, contemplando documentação e treinamento internos.

c) Principais Sistemas de Informações

Sistema ERP Sênior Sistemas:

Software da Sênior Sistemas para gestão empresarial (Sênior - Sapiens) e gestão de recursos humanos (Sênior Rubi) de maneira integrada. Esse software apoia de forma automatizada as operações administrativas (patrimônio, contratos), contábeis, financeiras, e de gestão de pessoal, portanto tem relevante importância na gestão administrativa do Centro. Em vista disso, o CGEE mantém contrato de manutenção e suporte diretamente com o fornecedor (contrato com orçamento anual de R\$ 161.509,48), ainda que mantenha sob seu domínio os processos administrativos e de pessoal, bem como os requisitos de software que implementam suas tarefas.

Sistema Integrado de Informações Gerenciais:

Trata-se de um sistema de apoio ao planejamento e acompanhamento de projetos e atividades relacionadas com o Contrato de Gestão e com os Contratos Administrativos. Tem como objetivo primário o apoio à gestão das atividades finalísticas do Centro. Já estão em operação os módulos de Acompanhamento e de Relatórios Gerenciais. Tanto o desenvolvimento do sistema quanto as manutenções decorrentes são internas e espera-se que nos próximos dois anos os principais módulos estejam integrados. Por abordar as ações finalísticas, o sistema também tem alta criticidade. Nesse sentido o Centro adota as seguintes atitudes para maximizar a qualidade e disponibilidade do Sistema Integrado, dentre outras: a) dedicação de uma parcela de sua força de trabalho de TI para seu desenvolvimento e manutenção; b) gestão interna dos requisitos funcionais do sistema; c) maximização do uso de software livre; e d) adoção das boas práticas e recomendações técnicas qualificadas sobre segurança da informação.

Acervo:

O Acervo é o repositório de documentos digitais produzidos ou utilizados pelas ações finalísticas do Sistema Integrado de Informações Gerenciais. O sistema tem desenvolvimento e manutenção interna, e passa por um processo de modernização e extensão de sua integração com o sistema de gestão de portal *web* do Centro (*Liferay*). São adotadas as seguintes atitudes para maximizar sua qualidade e disponibilidade, dentre outras: a) dedicação de uma parcela de sua força de trabalho de TI para seu desenvolvimento e manutenção; b) gestão interna dos requisitos funcionais do sistema; c) maximização do uso de software livre; e d) adoção das boas práticas e recomendações técnicas qualificadas sobre segurança da informação.

Serviços digitais:

Conjunto de ferramentas de software desenvolvidas internamente ou contratados

externamente para apoio direto a ações do Contrato de Gestão intensivas em coleta de dados ou informações ou geração de informação e conhecimento com alto uso de Tecnologias da Informação. Abaixo são descritos os serviços digitais que mais contribuem para a realização da missão e objetivos institucionais.

1. Família Insight*

Insight Survey - Ferramenta desenvolvida pelo CGEE que implementa um ambiente eletrônico para coleta dados de fontes primárias, por meio de formulários eletrônicos, e gerenciamento todo o processo de coleta. A manutenção da ferramenta é executada exclusivamente pelo CGEE.

Insight Data - Ferramenta desenvolvida pelo CGEE e parceiro tecnológico contratado que permite a indexação, o armazenamento e a recuperação de informações textuais e acesso a fontes de conteúdo noticioso disponível na Internet. A manutenção evolutiva da ferramenta, executada por parceiro tecnológico, foi contratada ao custo de R\$ 235.636,95. Os serviços de infraestrutura para execução da ferramenta e de acesso a conteúdo noticioso têm um custo anual de R\$101.347,20. Uma versão para servidor foi instalada na infraestrutura do Centro, e está sendo testada e homologada para garantir a independência do parceiro tecnológico.

Insight Net - Ferramenta desenvolvida pelo CGEE e parceiro tecnológico contratado que permite a construção de redes de coautorias e redes de similaridade semântica, a integração de informações globais e locais em uma abordagem qualitativa e quantitativa. A manutenção da ferramenta é realizada em ação conjunta tanto pelo CGEE quanto pelo parceiro tecnológico sendo que funcionalidades consolidadas são continuamente internalizadas pelos desenvolvedores do centro. O valor total referente aos serviços de manutenção prestados pelo parceiro tecnológico em 2016 foi R\$ 115.098,75.

Insight Tech - Ferramenta em processo de definição de requisitos com objetivo de apoiar os métodos e técnicas contidas na metodologia de observatório em Ciência, Tecnologia e Inovação. O desenvolvimento é realizado pelo CGEE e já existe um protótipo funcional do módulo de avaliação de criticidade tecnológica.

2. Serviços de informação externos

Serviço de acesso a informações científicas e patentes (Portal de Periódicos Capes).

InCites/Clarivate: serviço análise bibliométrica de produção científica, a partir de informações disponíveis online em serviços providos pela Portal Capes de Periódicos. Custo anual da assinatura: R\$ 83.815,00.

Conteúdo noticioso: conjunto de fontes noticiosas disponíveis na Internet e acessíveis por meio do *Insight Data*.

3. Serviços de extração e tratamento de dados e geração de informação

Conjunto variado de ferramentas internas (*web services*) e externas (serviço de extração de dados de fontes disponíveis na Internet) com objetivo de coletar dados para objetivos estabelecidos nas ações derivadas das demandas de Contratos de Gestão ou Administrativos. A manutenção e evolução das ferramentas internas são realizadas pela equipe interna do Centro.

d) Plano de capacitação do pessoal de TI

O plano de capacitação de pessoal do CGEE prevê a capacitação dos empregados do Centro, sob a coordenação da área de TI em duas linhas principais. A primeira é voltada para uma formação básica na infraestrutura de TI (servidores de rede, sistemas operacionais, rede de computadores, segurança da informação, gestão de serviços, sistema ERP etc.). Vale ressaltar que a parceria entre o CGEE e a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), por meio de sua Escola de Rede, que constitui o principal instrumento de realização da formação básica em infraestrutura de TI. A segunda linha de capacitação é direcionada pelas demandas advindas dos Planos de Ação anuais do Contrato de Gestão e de Contratos Administrativos. Cada projeto estabelece suas necessidades de capacitação de modo a atender a necessidade de colaboradores capacitados para atingir com qualidade os objetivos das demandas estabelecidas.

Essas iniciativas em capacitação de pessoal encontram suporte e direcionamento no Plano de Capacitação de Pessoal do CGEE - Resoluções da Presidência nºs. 02 e 03 de 2013.

A participação dos empregados da área de TI é mostrada no **Anexo VI** constante desse relatório.

e) Força de trabalho de TI

Coordenação de TI: 1 Servidor Público - cedido e 1 Profissional Técnico Administrativo (PTA).

Desenvolvimento de software: 2 empregados - Profissional Técnico Especializado (PTE) e 2 estagiários.

Suporte a infraestrutura: 3 empregados - PTE e 2 estagiários.

Unidades especializadas de atuação conjunta:

- Unidade de dados: 3 empregados - PTE e 1 estagiário
- Unidade de Projetos: 3 empregados - Assessores Técnicos, 1 empregado Profissional Técnico Especializado (PTE).

f) Processos de gerenciamento de serviços de TI

1. Serviços de suporte ao usuário: sistema iTOP para controle de chamados de suporte e gestão de CMDB (*Configuration Management Data Base*), alinhado com ITIL (*Information Technology Infrastructure Library*). Em processo de experimentação de integração com controle patrimonial do ERP e login unificado.

2. Gestão de subcontratação de serviços de desenvolvimento de software e correlatos: com automação sobre ferramenta *Redmine*.

3. Metodologia ágil para desenvolvimento de software: *Scrum + Kanban*, com uso de ferramentas *TestLink* e *Redmine*.

4. Gestão de projetos: alinhado com *PMBok*, com apoio automatizado construído sobre conjunto formado por: módulos do Sistema Integrado de Informações do CGEE, *Redmine* e *Microsoft Project*.

5. “Project Management Office”, uma das principais atribuições da Unidade de Projetos em Gestão da Informação.

6. Gestão de demandas de gestão da informação: primeira versão do processo mapeado e modelado.

g) Projetos de TI no período (2016)

Dentre as atividades nodais de atuação do CGEE, destacam-se aquelas em apoio aos projetos finalísticos do Centro (Projetos de Atividade e Projetos Temáticos) relacionados com tecnologias para gestão de dados e informações conduzidas pela Unidade de Projetos e pela Coordenação de TI do Centro.

Ao longo de 2016, são mencionadas as seguintes principais contribuições da Coordenação de TI e da Unidade de Projetos para as ações finalísticas conduzidas pelo Centro:

1. Manutenção corretiva e adaptativa do Portal Inovação.
2. Desenvolvimento de nova versão da ferramenta de consulta estruturada *Insight Survey*, aplicada ao projeto “Indicadores de Inovação nas Empresas Brasileiras”.
3. Desenvolvimento do Portal das Renováveis (competências brasileiras no desenvolvimento de tecnologias associadas a fontes de energias renováveis).
4. Sistema modular de acompanhamento da redução de emissões (*SMARE*), em parceria com o Ministério do Meio Ambiente.
5. Apoio ao desenvolvimento da ferramenta de avaliação de criticidade de componentes tecnológicos no âmbito do Observatório de Tecnologias Espaciais (*Insight Tech*).
6. Desenvolvimento de novas funcionalidades do Sistema Integrado de Informações do CGEE.
7. Apoio ao desenvolvimento das novas versões das ferramentas de inteligência tecnológica do Centro (*Insight Data e Insight Net*).
8. Modelagem do processo do ciclo de vida dos projetos.
9. Apoio à Certificação ISO 9001 do processo de compra de software e serviços correlatos.
10. Desenvolvimento de nova versão do site que fornece dados sobre a formação e o emprego formal de Mestres e Doutores titulados no Brasil (Projeto Serviços de Informação em RH para CT&I).

h) Mitigação de dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI

A dependência de empresas terceirizadas se concentra, conforme o padrão geral das organizações, nos seguintes aspectos: manutenção e suporte do sistema ERP e de softwares básicos (e-mail, gestor de portal *web*), e no suporte e manutenção de hardware.

Em 2016 o CGEE optou por diminuir sua dependência de empresas e ferramentas proprietárias como mais um passo de otimização de recursos aplicados a TI e aumento de integração com sistemas externos. Para tanto vem executando o projeto de substituição do sistema gerenciador de base de dados (SGBD) IBM DB2 pelo *Postgres* e realização dos ajustes necessários nos sistemas que utilizam esse software. O projeto é executado pela equipe interna do Centro tem prazo de conclusão no primeiro trimestre de 2017. Com exceção do SGBD utilizado pelo sistema ERP (*MS SQL Server*), a partir dessa migração, os demais SGBD em uso no CGEE serão todos do tipo software livre.

À despeito das ferramentas de segurança da informação faz-se a utilização de softwares proprietários (*anti-virus* e *anti-spam*) na rede de computadores do Centro. O mesmo ocorre para softwares de escritório (sistema de e-mail, edição de textos, planilhas, apresentação) e gestão de projetos (*MS Project*). Nestes casos, a dependência se coloca no sentido de licenciamento do software, sem que haja a necessidade de contratação de nenhum serviço adicional necessário (suporte técnico e operacional).

Como fator de aumento de capacidade para tratar a segurança da informação, o Centro mantém sua parceria tecnológica com o Centro de Atendimento a Incidentes de Segurança (CAIS)

da Rede Nacional de Pesquisa (RNP). Essa parceria é extremamente valiosa por complementar a capacidade interna do CGEE em prevenir, tratar e responder a incidentes de segurança da informação. Entretanto, o Centro mantém profissionais técnicos capacitados no assunto Segurança da Informação e atua continuamente na gestão desse aspecto de TI.

Além dos aspectos mencionados, o Centro mantém uma grande independência tecnológica em relação a fornecedores de serviços de TI. Muito dessa independência é resultado de ações continuadas no sentido de uso de software livre e transferências tecnológicas em todos os seus contratos que envolvem a aplicação de técnicas, métodos e ferramentas novas. A questão da transferência tecnológica constitui uma previsão contida nas metodologias aplicadas nas ações conjuntas do Centro e seus parceiros tecnológicos e fornecedores.

Por fim, nas tarefas de prospecção tecnológica de *software* conduzidas pela área de TI do Centro, busca-se privilegiar as soluções e tecnologias abertas sempre que possível.

5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Esta seção se divide em subitens que dizem respeito às informações dos canais de acesso do cidadão ao CGEE, mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da instituição e as medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações.

De modo a cumprir o princípio da transparência e o atendimento de demandas apresentadas pelo seu público alvo e o cidadão em geral, o CGEE possui mecanismos de relacionamento com a sociedade em diversos meios, prestando informações que estão sob sua área de atuação.

Seguindo as orientações técnicas emanadas pelas normas do TCU o CGEE não discorreu sobre os subitens 5.2 e 5.3, que tratam da Carta de Serviços ao Cidadão e Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários, respectivamente, por entender que dada a sua natureza jurídica os referidos subitens não são aplicados ao Centro, conforme explicitado abaixo.

5.1. Canais de Acesso do Cidadão

O site do CGEE (www.cgee.org.br) é o principal meio de comunicação do Centro com os usuários em geral. Por esse canal, o público tem acesso aos trabalhos realizados no âmbito das Linhas de Ação programáticas da instituição. O portal foi reformulado e entrou no ar em outubro de 2015. Desde então, foi implementada uma série de melhorias para facilitar a navegabilidade. No ano de 2016, foi obtido um aumento de 48,7% em novas visitas ao site, representando um total de aproximadamente 152.000 acessos.

A comunicação com o usuário é realizada, principalmente, pelo e-mail info@cgee.org.br. São encaminhadas, diariamente, várias solicitações a esse endereço. Elas são filtradas e distribuídas para serem respondidas pelos empregados do Centro responsáveis pelas demandas em questão.

O CGEE também realiza e participa anualmente de uma série de eventos que são importantes canais de relacionamento com a sociedade. O CGEE organizou, ao longo do ano passado, 114 eventos em todo o Brasil, com a participação de 1086 representantes da área de ciência, tecnologia e inovação ou abertos ao público em geral. Essas agendas mobilizaram 342 representantes de instituições de todo o país. Nos eventos dos quais participou, destaque para a Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), considerada a maior iniciativa de divulgação científica do país.

As redes sociais também são um importante canal de relacionamento com a sociedade. No *Twitter*, foram obtidas cerca de 8000 visitas ao perfil do Centro. A página divulga estudos e ações, como eventos realizados pela instituição. Além disso, responde as dúvidas do público em geral. O *LinkedIn* do Centro é voltado para o público especializado, que já conhece as atividades da organização.

O Centro também publicou as edições da Revista Parcerias Estratégicas nº 42 e 43. O periódico tem como objetivo divulgar e propor o debate na área de ciência, tecnologia e inovação. O CGEE produziu ainda as seguintes publicações: *Mestres e Doutores 2015*; *Dimensões estratégicas do desenvolvimento brasileiro*; *Proposta de centro tecnológico em celulose e papel*; *Secas no Brasil: política e gestão proativas*; *The Brazilian Innovation System: a mission oriented policy proposal*; *Degradação neutra de terra: o que significa para o Brasil*; *Land degradation neutrality: implications for Brazil*; e *Desertificação, degradação da terra e secas no Brasil*.

Além disso, o Centro publicou diversas peças de comunicação voltadas à divulgação das ações da instituição, como folders institucionais, banners, vídeos e hotspots.

5.2. Carta de Serviços ao Cidadão

Conteúdo *não aplicável* ao CGEE face sua natureza jurídica de entidade civil sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social pelo Decreto nº 4.078 de 09/01/2002 e nos termos da Lei Federal nº 9.637/98.

5.3. Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários

Conteúdo *não aplicável* ao CGEE face sua natureza jurídica de entidade civil sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social pelo Decreto nº 4.078 de 09/01/2002 e nos termos da Lei Federal nº 9.637/98.

5.4. Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação do CGEE

Estão disponíveis no sítio do CGEE informações acerca de sua gestão, Dessa maneira destaca-se que, desde outubro de 2015 o Centro passou a divulgar em seu site <https://www.cgee.org.br/contratos-firmados>, informações relativas a todas as contratações efetuadas, independente da modalidade de seleção utilizada, além das costumeiras informações sobre o Contrato de Gestão e Termos Aditivos, relatórios, balanços e auditorias, processos seletivos de pessoal e processos de aquisição de bens e serviços, quando cabível.

5.5. Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações

As medidas de acessibilidade adotadas pelo CGEE foram realizadas quando da confecção do projeto de arquitetura e execução das obras das novas instalações do CGEE em sua sede localizada no Edifício Parque Cidade. Após a conclusão das obras não foi incluída nenhuma nova medida relacionada à acessibilidade aos produtos, serviços e instalações. No entanto, o CGEE tem envidado esforços para garantir que pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida não encontrem barreiras arquitetônicas em seu espaço, eliminando obstáculos e assim assegurando o acesso em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

Ratifica-se que as instalações do CGEE são adaptadas ao acesso de Portadores de Necessidades Especiais (PNE) ou com mobilidade reduzida, possui corredores largos para acessibilidade às salas e portas de entrada com condições que permitem o acesso desse público. Com relação ao mobiliário, as mesas utilizadas no Centro e as sinalizações internas também foram projetadas para atender essa demanda.

Dada a importância do disposto na seção 9.5 da NBR 9050/2004, o balcão da recepção do Centro foi desenhado de forma a atender a Portadores de Necessidades Especiais, sendo esse rebaixado. Objetivando ainda viabilizar a locomoção, o Centro possui cadeira de rodas disponível.

Quanto à área coletiva, o edifício sede do CGEE, especificamente no 4º andar possui dois banheiros - um masculino e outro feminino - destinados ao uso desse público. Ainda nessa área coletiva, em atendimento ao previsto na ABNT - NBR 13994/2000 - os elevadores de passageiros possuem aviso sonoro indicando o andar e a direção do movimento (se subindo ou descendo) além da identificação dos pavimentos em braile, com comunicação e sinalização adequada.

Seguindo as especificações técnicas de desenho traçado de acordo com as normas vigentes, os acessos ao interior dos prédios estão livres de obstáculos que impeçam e dificultem a acessibilidade de Portadores de Necessidades Especiais (PNE) ou mobilidade reduzida. De forma a atender de maneira eficaz esse público alvo e os idosos vagas de garagem foram reservadas no estacionamento do edifício.

6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Esse tópico será composto por informações que seguem numerações individualizadas sobre seu desempenho financeiro em 2016. Também abordará o tratamento contábil da depreciação, amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos, sistemática de apuração de custos do Centro, bem como as demonstrações contábeis e notas explicativas elaboradas de acordo com legislação específica.

6.1. Desempenho Financeiro no Exercício

Em 2016, o CGEE reduziu significativamente os seus custos operacionais, na busca do equilíbrio financeiro do Centro, consequência direta da redução, orçamentária e financeira, dos recursos repassados por intermédio do Contrato de Gestão pelo MCTIC. Note-se que, apesar do aumento verificado no 11º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão (2016) ser maior em 44,94 % do que foi contratado no 9º Termo (2015), o valor daquele não foi suficiente para manter a estrutura operacional do Centro, que foi obrigado a valer-se dos saldos acumulados de superávit e parte da reserva técnica para cumprir com os compromissos já assumidos e manter o funcionamento da Instituição.

Como forma de superar dificuldades conjunturais, o ciclo do Contrato de Gestão 2010-2016 foi prorrogado por um ano por meio do 10º Termo Aditivo, sem que outras condições fossem estabelecidas no Contrato de Gestão além do novo prazo de término. No 11º Termo Aditivo foi admitido como interveniente o Ministério da Educação (MEC). O Plano de Ação 2016 do Contrato de Gestão, formalizado neste aditivo previa a execução de dois estudos relativos a assuntos do interesse do MEC, além de projetos novos de interesse da direção superior do MCTIC. Com isso, o valor global para ano de 2016 ficou assim distribuído: MCTIC - R\$ 6.595.310,00 (Seis milhões, quinhentos e noventa e cinco mil e trezentos e dez reais) e MEC - R\$ 5.000.000,00 (Cinco milhões de reais). Embora na programação de desembolso estivessem previstos repasses em 2016, a transferência para o CGEE do financeiro relativo ao orçamento total de ambos os ministérios foi postergada para o início de 2017.

A manutenção dos trabalhos do CGEE em 2016 só foi possível devido ao recebimento de parte do saldo remanescente do 8º Termo Aditivo - R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) – firmado em 2014, de responsabilidade do FNDC/FINEP e do recebimento dos valores previstos no 9º Termo Aditivo, firmado em 2015, no montante de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais),

6.2. Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos

✓ Depreciação - Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

✓ Amortização - Ativos intangíveis

Os Ativos Intangíveis correspondem a bens intangíveis adquiridos pelo CGEE e que têm vidas úteis finitas, sendo mensurados pelos custos deduzidos da amortização acumulada.

A amortização é calculada sobre o custo de um ativo deduzido do valor residual, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

✓ Índices de Depreciação e Método de Avaliação

Na análise dos indicadores internos e externos, não foram identificados motivos que levassem a Administração do CGEE a apurar e consequentemente registrar eventual perda do valor recuperável dos bens do seu ativo imobilizado (*impairment*). No **quadro 9** são demonstrados os percentuais de depreciação e amortização do imobilizado e intangível utilizados em 2016.

QUADRO 9 - ÍNDICES DE DEPRECIAÇÃO E MÉTODO DE AVALIAÇÃO

Descrição	Taxas de Depreciação/Amortização
Imobilizado	
Equipamento de Informática	20%
Instalações	10%
Máquinas e Equipamentos de Escritório	10%
Móveis e Utensílios	10%
Equipamentos de Audiovisual	20%
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	24%
Intangível	
Sistemas Aplicativos – Software	20%-100%

Fonte: Elaboração própria

6.3. Sistemática de Apuração de Custos no âmbito da Unidade

O CGEE mantém uma estrutura de centro de custos segregada por Projetos e Atividades, em que são registrados todos os custos possíveis de serem identificados de forma direta. Os custos indiretos voltados à manutenção da estrutura operacional do Centro tem o seu centro de custo específico (manutenção e operação).

6.4. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas elaboradas de Acordo com Legislação Específica

Os documentos que dizem respeito às demonstrações contábeis e notas explicativas, elaboradas de acordo com legislação específica, são apresentados no desse Relatório de Gestão e estão, também, disponíveis para consulta no endereço eletrônico do CGEE <https://www.cgee.org.br/informacoes-institucionais>.

7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

O item dessa seção tem por objetivo apresentar o cumprimento de demandas específicas oriundas de Órgãos de Controle. Dessa maneira, são demonstrados conteúdos relativos ao tratamento de determinações e recomendações do TCU e recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI). Adicionalmente, serão apresentadas informações pertinentes à revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento e dados sobre ações de publicidade e propaganda.

O subitem 7.3 relativo à demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993 não se aplica ao Centro, face sua natureza jurídica de entidade civil sem fins lucrativos.

7.1. Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

Em atendimento às determinações e recomendações emitidas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) constam do **Anexo VII** deste relatório as providências adotadas pelo Centro. No exercício de 2016 o CGEE não foi submetido a nenhuma inspeção *in loco* por parte daquela Corte de Contas.

7.2. Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)

Da mesma maneira, durante o ano de 2016 o CGEE não foi submetido à inspeção *in loco* por parte da Controladoria Geral da União (CGU).

Registra-se que foram atendidas recomendações específicas da CGU quanto à inserção de informações no *Sistema Monitor* daquele Órgão de Controle, relativas aos exercícios de 2009; 2013 e 2014, incluídas pelo Centro no referido Sistema, após 10 de outubro de 2016, quando o acesso foi disponibilizado ao CGEE.

7.3. Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Conteúdo não aplicável ao CGEE face sua natureza jurídica de entidade civil sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social pelo Decreto nº 4.078 de 09/01/2002 e nos termos da Lei Federal nº 9.637/98.

7.4. Informações sobre a revisão dos Contratos vigentes firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento

A exemplo dos anos anteriores, o CGEE esclarece que não cabe repactuação de contratos, considerando que esses já foram firmados na vigência dos referidos dispositivos legais permissionários da desoneração.

7.5. Informações sobre Ações de Publicidade e Propaganda

As ações de publicidade e propaganda realizadas pelo CGEE se restringem às ações de publicidade legal referentes às demonstrações contábeis, as quais são veiculadas no Diário Oficial da União (DOU) e em jornais de circulação nacional. Além dessas, quando cabíveis são feitas

publicações relativas a convocações para processos seletivos de pessoal e de contratações de bens e serviços, nos termos dos regulamentos próprios.



8. ANEXOS - I a VII



ANEXO I - Plano de Ação 2016

Período 2010 / 2017

Plano de Ação - 2016

Orçamentos Estimativos e Prazos

Vinculação e Aderência		Linhas de Ação	Ação	Projetos / Atividades	Previsão de dispêndios 2016	Demandante	Novos Recursos	Previsão de Conclusão
Objetivos Estratégicos do CG	Eixos de Atuação							
I	E1	Estudos, Análises e Avaliações	Inovação e competitividade em setores econômicos e industriais	Acumulação de competências na indústria farmacêutica brasileira	139.614,29	BNDES		30/06/2016
I e II	E3		Temas estratégicos para o desenvolvimento do Brasil	Subsídios para a ENCTI 2016 - 2020	47.964,17	MCTIC		30/06/2016
I	E1 e E4			Mapeamento de competências em temas estratégicos em Bioeconomia		SEPED/MCTIC	200.000,00	30/06/2017
I e III	E1 e E4		Avaliação de Programas em CT&I	Apoio ao Programa Nacional de Ciência (Plataformas de Conhecimento)		SEXEC/MCTIC		30/06/2016
I	E3			Avaliação dos Impactos da Lei de Informática		SEPIN/MCTIC	200.000,00	30/06/2017
I e III	E1 e E3			Avaliação do Impacto fiscal da Lei do Bem		SETEC/MCTIC	200.000,00	30/06/2017
II	E3			Atividade - Recursos Humanos para CT&I	113.233,22	CA/CGEE	0,00	31/12/2016
I	E1			Atividade - Indicadores de Inovação	138.389,82	CA/CGEE	0,00	31/12/2016

I e III	E3	Articulação	Arranjos institucionais em temas relevantes para políticas e programas em CT&I	Modelos Institucionais para a gestão em CTI		MCTIC		30/06/2016
II	E3			Subsídios para a criação do programa de Centros de Desenvolvimento Regional - CDR		SESU/MEC	3.500.000,00	30/06/2017
II	E3			Mapa da educação profissional e tecnológica no Brasil - Etapa II		SETEC/MEC	1.500.000,00	30/06/2017
I e III	E2	Apoio Técnico à Gestão Estratégica do SNCT&I	Internacionalização da CT&I brasileira	Atividade - Inserção do CGEE em agendas internacionais	172.359,45	CA/CGEE	0,00	31/12/2016
I e III	E2 e E3		Fóruns de Discussão em CT&I	Apoio técnico à plataforma de comunicação Agricultura e Alimento		GAB/MCTIC - Fórum do Futuro	600.000,00	30/06/2017
I e III	E3			Atividade - Notas técnicas	69.671,72	CA/CGEE	0,00	31/12/2016
III	E3			Atividade - Reuniões de especialistas	70.211,33	CA/CGEE	0,00	31/12/2016
III	E3		Evolução de Plataformas eletrônicas para a gestão do SNCTI	Atividade - Desenvolvimento e atualização de plataformas eletrônicas em CT&I	774.503,65	CA/CGEE	0,00	31/12/2016
III	E5	Disseminação da Informação em CT&I	Publicações do CGEE e participação em eventos	Atividade - Produção e disseminação de informação	203.006,93	CA/CGEE	0,00	31/12/2016

III	E5	Desenvolvimento Institucional	Competência metodológica e gestão de informações estratégicas	Atividade - Observatório em Ciência, Tecnologia e Inovação	418.397,24	CA/CGEE	0,00	31/12/2016
III	E5			Atividade - Desenvolvimento de competências e ferramentas em prospecção, avaliação estratégica, gestão da informação e do conhecimento	195.135,50	CA/CGEE	0,00	31/12/2016
			SUBTOTAL 01		2.342.487,32		6.200.000,00	
(18:133)								
			Gestão Operacional	Pessoal e Encargos			12.500.000,00	31/12/2016
				Manutenção e operação			3.000.000,00	31/12/2016
				Capacitação de pessoal			75.000,00	31/12/2016
				Investimentos			50.000,00	31/12/2016
			SUBTOTAL 02				15.625.000,00	
			Atividades / Projetos Continuados				2.342.487,32	
			Atividades / Projetos Novos + Gestão Operacional				21.825.000,00	
			Ajuste Reserva Técnica				748.050,82	
			Valor do Plano de Ação 2016				24.915.538,14	
			Reserva Técnica				4.477.740,82	
			Reaplicação de Recursos - CGEE (ver Anexo II)				8.842.487,32	

67

	Novos Recursos - MCTIC / MEC				11.595.310,00	
	Valor Global 2016				24.915.538,14	

Legenda
Subações em andamento até 30/06/2016
Projetos temáticos novos
Atividades

Objetivos Estratégicos do Contrato de Gestão
I. Promover a realização de estudos e pesquisas na área de ciência, tecnologia e inovação e suas relações com os setores produtivos, além de atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos;
II. Oferecer subsídios à formulação de estratégias para a capacitação de recursos humanos na perspectiva da construção e consolidação do sistema nacional de inovação;
III. Apoiar e promover a realização de eventos e de foros de discussão orientados para a construção de convergências entre os diversos atores participantes do processo de inovação e subsidiar escolhas tecnológicas para a sociedade brasileira;
IV. Prover subsídios técnicos para o funcionamento dos Comitês Gestores dos Fundos Setoriais quando solicitado pelos mesmos ou pelo Órgão Supervisor

Eixos de Atuação do CGEE
E1 - Inovação e Competitividade
E2 - Sustentabilidade e Qualidade de Vida - Desafios Contemporâneos Nacionais e Globais
E3 - Gestão Inovadora e Estratégica do SNCTI
E4 - Novas Fronteiras do Conhecimento
E5 - Desenvolvimento Institucional

ANEXO II - Demonstrativo de Produtos com Prazo de Entrega em 31/12/2016

DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE GESTÃO CGEE/MCTIC/MEC/FINEP

Período 2010/2017

ANEXO III

DEMONSTRATIVO DE PRODUTOS COM PRAZO DE ENTREGA EM 31/12/2016

Linha de Ação	Projeto	Produtos
Estudos, análises e avaliações	Projeto Temático: Mapeamento de competências em temas estratégicos em Bioeconomia	Panorama preliminar das áreas da bioeconomia no Brasil e suas conexões com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS
	Atividade: Recursos Humanos para CT&I Projeto: Serviços de informação de RH para CT&I	Plano de negócio, com especificação das possibilidades de produtos disponíveis, especificação do design de saída de dados e identidade visual do projeto
		Menu de serviços em RH para CT&I
		Versão 2.0 do site de RH para CT&I
	Atividade: Indicadores de Inovação Projeto: Indicadores de Inovação nas empresas brasileiras	Base de dados qualificada sobre gestão de inovação para 66 empresas
Articulação	Atividade: Inserção do CGEE em agendas internacionais Projeto: Agenda positiva: mudança do clima e desenvolvimento sustentável	Documento sobre Etanol de Segunda Geração - E2G, versão em inglês
Apoio Técnico à Gestão Estratégica do SNCT&I	Projeto temático: Apoio técnico à plataforma de comunicação Agricultura e Alimento	Nota Técnica sobre a importância da produção de alimentos para o bem estar da sociedade
	Atividade: Desenvolvimento e atualização de plataformas eletrônicas em CT&I Projeto: Memória Organizacional	Versão para servidor da ferramenta InsightData instalada no CGEE e em computadores da equipe técnica
		Metodologia para identificação de sinais fracos e monitoramento de tendências globais em CT&I
Disseminação da informação em CT&I	Atividade: Produção e disseminação de informação Projeto: Reformulação dos processos de divulgação dos estudos do CGEE	Quatro publicações editadas e distribuídas
		Volume 21, número 42, da revista Parcerias Estratégicas
		Volume 21, número 43, da revista Parcerias Estratégicas
Desenvolvimento Institucional	Atividade: Observatório em Ciência, Tecnologia e Inovação Projeto: Observatório de Tecnologias Espaciais	Boletim do primeiro semestre de 2016 contendo resultados dos serviços e produtos do OTE
		Boletim do segundo semestre de 2016 contendo resultados dos serviços e produtos do OTE
		Relatório anual contendo análises e recomendações do OTE
	Atividade: Desenvolvimento de Competências Metodológicas Projeto: Exploração de dados e visualização de informação	Ferramenta de análise de redes, versão 2.0, incorporada à versão 0.9 do Gephi

Fonte: Elaboração própria

ANEXO III - Quadro Resumo de Projetos e Atividades em 2016

Quadro Resumo de Projetos e Atividades em 2016

LINHAS DE AÇÃO	PROJETOS E ATIVIDADES	POSIÇÃO EM 31/12/2016
Estudos, Análises e Avaliações	Acumulação de competências na indústria farmacêutica brasileira	CONCLUÍDA
	Subsídios para a ENCTI 2016 - 2020	CONCLUÍDA
	Mapeamento de competências em temas estratégicos em Bioeconomia	ANDAMENTO
	Apoio ao Programa Nacional de Ciência (Plataformas de Conhecimento)	CONCLUÍDA
	Avaliação dos impactos da Lei de Informática	ANDAMENTO
	Avaliação do impacto fiscal da Lei do Bem	ANDAMENTO
	Atividade - Recursos Humanos para CT&I	ANDAMENTO
	Atividade - Indicadores de Inovação	ANDAMENTO
Articulação	Modelos Institucionais para a gestão em CTI	CANCELADA
	Subsídios para a criação do programa de Centros de Desenvolvimento Regional - CDR	ANDAMENTO
	Mapa da educação profissional e tecnológica no Brasil - Etapa II	ANDAMENTO
	Atividade - Inserção do CGEE em agendas internacionais	ANDAMENTO
Apoio Técnico à Gestão Estratégica do SNCT&I	Apoio técnico à plataforma de Comunicação Agricultura e Alimento	ANDAMENTO
	Atividade - Notas Técnicas	ANDAMENTO
	Atividade - Reuniões de Especialistas	ANDAMENTO
	Atividade - Desenvolvimento e atualização de plataformas eletrônicas em CT&I	ANDAMENTO
Disseminação da Informação em CT&I	Atividade - Produção e disseminação de informação	ANDAMENTO
Desenvolvimento Institucional	Atividade - Observatório em Ciência, Tecnologia e Inovação	ANDAMENTO
	Atividade - Desenvolvimento de competências e ferramentas em prospecção, avaliação estratégica, gestão da informação e do conhecimento	ANDAMENTO

Fonte: Elaboração própria

ANEXO IV – (Relatório Anual 2016 CA) - Tabela 1 - Comparativo Metas Programadas e Alcançadas em 2016

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO DO CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE

RELATÓRIO ANUAL JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Comissão de Avaliação – CA do Contrato de Gestão celebrado entre o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC, Ministério da Educação – MEC e o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE, instituída pela Portaria MCTI nº 261, de 14 de março de 2014, em cumprimento ao disposto na legislação vigente, reuniu-se em Brasília, na sede do CGEE, entre os dias 25 e 27 de abril de 2017, para avaliar os resultados alcançados pela Organização Social no período de janeiro a dezembro de 2016, em face das metas e dos indicadores de desempenho pactuados no Contrato.

Esta Comissão, composta pelos membros relacionados abaixo, atua em conformidade com o disposto na Cláusula Décima Primeira - Da Fiscalização, do Acompanhamento e da Avaliação de Resultados, do Contrato de Gestão. Estiveram presentes:

- Rogério Amaury de Medeiros (Presidente da Comissão de Avaliação), representante da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP);
- Maria Aparecida Stallivieri Neves, representante do MCTIC;
- Odilon Marcuzzo do Canto, representante do MCTIC;
- Luiz Fernando Fauth, representante do MCTIC;
- Sylvia Helena Figueiredo Prata, representando o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP.

Acompanharam a reunião, como representantes da Diretoria de Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais – DPO, do MCTIC, o Sr. Hugo Ungaretti, Coordenador de Avaliação – COAVL/CGUO/DPO, Fábio Alexandre Barreto, Coordenador das Organizações Sociais – COORS/CGUO/DPO, Tatiana de Pino Albuquerque Maranhão, Analista em C&T. Os senhores membros da Comissão de Acompanhamento e Avaliação, José Eduardo de Azevedo Fiates, e Cristina Fátima Rio Fernandes não compareceram à reunião e tiveram suas ausências justificadas,

As atividades da CA foram iniciadas às 9:00 horas do dia 25/04/2017, cumprindo a agenda de trabalho encaminhada previamente pelo MCTIC.

CONFERE COM O ORIGINAL

2. OBJETIVOS E METODOLOGIA DO ACOMPANHAMENTO

Para a elaboração do presente Relatório, a Comissão baseou-se na agenda de trabalho enviada aos membros desta Comissão em 20 de abril de 2017, por meio do Ofício Circular nº 269/2017/SEI-MCTIC:

- Informes e organização dos trabalhos (COAVL/CA);
- Apresentação formal do Relatório Anual/2016 pela Diretoria do CGEE;
- Análise do Relatório Anual/2016 do CGEE (membros da CA e COAVL/DPO/MCTIC);
- Avaliação do grau de alcance das metas pactuadas no Contrato de Gestão
- Análise do Atendimento das Recomendações/Sugestões
- Apresentação formal do Relatório de Gestão do Ciclo 2010/2016 e Discussões sobre o Quadro de Indicadores de Metas do novo Contrato de Gestão 2017/2021

A partir da exposição e discussão do Relatório Anual de 2016 do CGEE, os membros da Comissão detiveram-se na análise dos dados e informações disponibilizados pela Direção do CGEE, e DPO/MCTIC, particularmente em relação à realização das atividades e dos produtos apresentados com vistas ao acompanhamento do indicativo de alcance das metas pactuadas.

3. ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO

3.1 ATENDIMENTO ÀS RECOMENDAÇÕES ANTERIORES DA COMISSÃO

Após a análise do Relatório Anual 2016 do CGEE e, em face dos esclarecimentos prestados pela sua Direção, são apresentados, a seguir, os comentários para as recomendações/sugestões constantes dos Relatórios anteriores desta Comissão, a saber:

Relatório Anual 2015

Ao MCTIC e ao CGEE

1. A CA recomenda que a avaliação de produtos (por amostragem) junto a demandante/destinatário seja adotada como procedimento regular no âmbito do Contrato de Gestão.

Comentário da CA Relatório Anual 2016: RECOMENDAÇÃO EM ATENDIMENTO, atualmente os produtos finalizados são enviados ao MCTIC e este por sua vez o reenvia ao demandante. O ultimo

encaminhamento do CGEE foi em 23 de janeiro de 2016. O processo de formalização dessa avaliação deve ser formalizado pelo MCTIC por meio de Portaria.

2. A CA recomenda que seja feito esforço de associação entre os indicadores de desempenho e os objetivos estratégicos do Contrato de Gestão, por exemplo, indicadores de impacto 4 e 6.

Comentário da CA Relatório Anual 2016: RECOMENDAÇÃO EM ATENDIMENTO. A recomendação deverá ser atendida no âmbito das discussões sobre objetivos e metas do novo Contrato de Gestão e respectivo Quadro de Indicadores e Metas.

Ao CGEE

1. Fazer constar na próxima pactuação do Termo aditivo metas para todos os indicadores já pactuados no Quadro de Indicadores e Metas - QIM, incluindo aqueles que se encontram em fase experimental.

Comentário da CA Relatório Anual 2016: RECOMENDAÇÃO EM ATENDIMENTO.

Relatório Anual 2014

Ao MCTIC:

- Que o MCTIC forneça informações sobre os desdobramentos das subações da Ação “Subsídios para o Reposicionamento Estratégico de Instituições de CT&I” da Linha de Ação “Apoio Técnico à Gestão Estratégica do SNCT&I”: “CT&I para o Desenvolvimento do Nordeste” (CONSECTI/CONFAP) e “CT&I para o Desenvolvimento Sustentável do Semiárido do Brasil” (SEPED/MCTI e MI), concluída em 2014.

Comentário da CA Relatório Anual 2015: RECOMENDAÇÃO EM ATENDIMENTO.

Comentário da CA Relatório Anual 2016: RECOMENDAÇÃO EM ATENDIMENTO.

CONFERE COM O ORIGINAL

3.2. AVALIAÇÃO DO GRAU DE REALIZAÇÃO DAS METAS PACTUADAS

A avaliação foi realizada com base nas informações contidas no Relatório Anual 2016, na apresentação da Diretoria e durante a visita da Comissão ao CGEE. A Tabela 1 resume o grau de realização das metas durante o ano de 2016 em relação ao pactuado.

Tabela 1 - Comparativo das Metas Programadas e Alcançadas no ano de 2016

nº	Indicadores				Nota Pactuada no 11º TA	Meta Quantitativa	Realizado em 2016	Grau de Alcance em 2016	Nota	Total de Pontos
	Título	Unidade	Peso	Qualificação						
1	Execução Física do Plano de Ação	%	4	Eficácia	Nota plena: Indicador 1 = 1 Se Indicador 1 < 1, a nota do indicador será proporcionalmente reduzida.	16	16	100%	10	40
2	Taxa de Reprogramação do Prazo de Entrega	%	3	Eficácia	Nota plena: Indicador 2 ≤ 10% Se 10% < indicador 2 ≤ 30%, a nota deste indicador será 0,75 da plena; Se 30% < indicador 2 ≤ 50%, a nota deste indicador será 0,50 da plena; e Se Indicador 2 > 50%, a nota deste indicador será zero.	0	0	100%	10	30
3	Entrega ao Demandante	=1	1	Eficácia	Nota plena: Indicador 3 = 1 Se Indicador 3 for inferior a 1, a nota do indicador será proporcionalmente reduzida	15	15	100%	10	10
4	Impactos das ações	Nº absoluto	0	Efetividade	Indicador em fase experimental.	N/A	N/A	N/A	N/A	0
5	Visibilidade Institucional	Nº absoluto	0,3	Eficácia	Nº de acessos de usuários externos à página do CGEE.	≥ 50.000	47.893	95,78%	10	3
6	Repercussão dos trabalhos desenvolvidos	Nº absoluto	0,3	Eficácia	Nº de downloads de documentos na página do CGEE	≥ 120.000	152,224	100%	10	3
7	Instituições Participantes em Eventos Promovidos	Nº absoluto	0	Efetividade	Nº de instituições e empresas participantes de eventos promovidos pelo CGEE	≥ 250	342	100%	10	0
8	Avaliação dos resultados das subações pelos demandantes.	%	0	Efetividade	0 (zero) Indicador em fase experimental.	N/A	N/A	N/A	N/A	0

9	Custo relativo do trabalho técnico especializado	R\$ h/técnica	1	Economicidade	Nota plena: 1,25 do mercado ≥ Indicador 9 ≥ 0,75 do mercado*. (*) O valor de mercado será a média da hora técnica em atividades equivalentes às desenvolvidas CGEE	1,25 do mercado ≥ custo CGEE ≥ 0,75 do mercado	85,17%	100%	10	10
10	Custo de manutenção e operação		0,4	Economicidade	Nota plena: Indicador 10 ≤ 14,4%**. (**) Valor médio 2010-2014.	≤ 15,03%	17,59%	85,49%	8	3,2
			10							99,2
Nota 9,9 Atingiu plenamente o desempenho esperado										

Apresentada a tabela "Comparativo das Metas Programadas e Alcançadas no ano de 2016", seguem os comentários relativos ao desempenho da Instituição no período.

A Comissão de Acompanhamento e Avaliação sugeriu a retirada de dois indicadores: 4 e 8, pactuados em fase experimental, o que não foi descrito no presente Relatório Anual 2016.

Desse modo, a CA recomenda que no caso do indicador 8 o MCTIC proceda à normatização do processo de formulação da demanda por estudos junto ao CGEE e respectiva homologação dos resultados.

No caso do indicador 4, recomenda-se ao CGEE estudo da viabilidade de indicadores de resultados e impactos das atividades típicas do Centro ao final do ciclo do Contrato de Gestão.

No caso do indicador 7, cujo peso não foi definido, recomenda-se que o CGEE e o MCTIC definam este peso na próxima pactuação.

No caso dos pesos de cada indicador, esta Comissão de Avaliação recomenda um equilíbrio: que variem de 0,5 a 3.

4. NOVAS RECOMENDAÇÕES

Não houve novas recomendações.

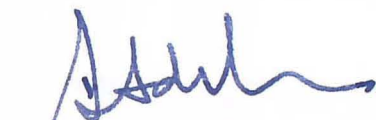
5. ENCAMINHAMENTOS PARA A REUNIÃO SEMESTRAL 2017

A Reunião Semestral 2017 da CA foi pré-agendada para o período de 21 de setembro de 2017.

CONFERE COM O ORIGINAL

6. CONCLUSÃO

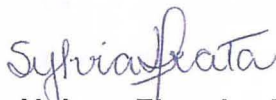
Após analisar as informações constantes do Relatório Anual 2016 e respectivos documentos comprobatórios, bem como aquelas prestadas pela Direção do CGEE ao longo desta reunião e em suas apresentações, esta Comissão conclui que o CGEE, ao obter a pontuação global de 9,9, atingiu plenamente as metas pactuadas para o exercício de 2016.



Rogério Amaury de Medeiros
Presidente da Comissão
Financiadora de Estudos e Projetos



Maria Aparecida Stallivieri Neves
Representante do MCTIC



Sylvia Helena Figueiredo Prata
Representante do Ministério do
Planejamento, Desenvolvimento e
Gestão - MP



Luiz Fernando Fauth
Representante do MCTIC



Odilon Marcuzzo do Canto
Representante do MCTIC

ANEXO V - Membros da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão em 2016

RELAÇÃO DE MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO CGEE – ATIVOS NO EXERCÍCIO DE 2016

Identificação da Entidade Contratada						
Nome	Centro Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE					
CNPJ	04.724.690/0001-82					
Nome	CPF	Área de Formação	Qualificação	Ato de Designação	Período de Exercício	
					Início	Fim
CRISTINA FÁTIMA DO RIO FERNANDES (suplente)	743.583.837-34	Graduação: Ciências Biológicas – Universidade Gama Filho	Técnica de Análise e Projetos; Suplente do Comitê de Meio Ambiente; Substituta da Assessoria da Diretoria Operativa II, Membro do Comitê de Normalização; Atividades de Assessoramento na Superintendência Social e na Diretoria Executiva; Membro suplente do Comitê Gerencial (FINEP). Representante da FINEP junto ao MCTI no processo de transição governamental em 2003; suplente na CA do CGEE.	Portaria MCTI 261/2014	14/03/14	Vigente
ROGÉRIO AMAURY DE MEDEIROS	606.822.217-91	Mestrado: Ecologia – Universidade de Brasília - UnB Especialização (interrompida): Ecologia da Paisagem – Technische Universitaet Muenchen - TUM – Alemanha Graduação: Ciências Biológicas – Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ	Chefe de Departamento de Acompanhamento, Avaliação e Gestão da Informação; Superintendente da área de planejamento, Secretário Técnico de Petróleo e Gás Natural, Secretário Técnico de Recursos Minerais, Coordenador Setorial de Petróleo, Gás e Petroquímica, Chefe do Departamento de Fundos Setoriais; Chefe do Departamento de Planejamento e Avaliação Financeira, Gestor de infra-estrutura básica do FNDCT, coordenador de meio ambiente, chefe da divisão de infra-estrutura em ciência e tecnologia, técnico em projetos e programas (FINEP).	Portaria MCTI nº 261/2014	14/03/14	Vigente
ODILON MARCUZZO DO CANTO	103.569.830-72	Mestrado e Doutorado: Engenharia. Nuclear – University of California – Berkeley Graduação: Engenharia. Civil – Universidade Federal de Santa Maria – UFSM	Possui graduação em Eng. Civil pela Universidade Federal de Santa Maria (1968), mestrado em Eng. Nuclear pela University of California- Berkeley (1979) e doutorado em Eng. Nuclear pela University of California-Berkeley (1984). Atualmente é Presidente da Fundação de Ciência e Tecnologia. Atuando principalmente nos seguintes temas: Cromo, Metabolismo do Cromo, Modelo de Compartimentos.	Portaria MCTI nº 261/2014	14/03/14	Vigente

JOSÉ EDUARDO AZEVEDO FIATES	112.159.298-89	Doutorado: Engenharia e Gestão do Conhecimento – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (em andamento) Mestrado: Engenharia de Produção e Sistemas – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC Especialização: Administração de Recursos Humanos – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC Graduação: Engenharia Mecânica – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC	Participou de vários treinamentos em Gestão da Inovação Tecnológica nos Estados Unidos na Inglaterra. Foi Diretor Executivo do Centro para Laboração de Tecnologias Avançadas CELTA e Superintendente de Inovação da Fundação CERTI. Foi por 2 mandatos Vice-presidente e mais 2 mandatos Presidente da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores ANPROTEC. É Diretor Executivo da Sapiens Parque S.A., complexo que reúne empreendimentos de ciência e tecnologia, educação e cultura, saúde e biotecnologia, esporte e lazer, turismo, comércio e entretenimento; Diretor Geral da CVentures Empreendimentos Inovadores e Participações S.A. e Diretor Executivo do Projeto Sapiens Parque e pela área de Inovação na Fundação CERTI. Foi Presidente da Divisão Latino-Americana da International Association of Science Parks - IASP (2009/2011). Faz parte dos conselhos superiores de diversas instituições, entre elas o Conselho Deliberativo Nacional do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/SC) e do Conselho Consultivo da ANPROTEC e já fez parte do Conselho Deliberativo da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). Tem experiência na área de Administração, atuando principalmente nas áreas, nos temas: de incubadoras de empresas, parques tecnológicos, empreender e inovador em tecnologia, capital venture, inovação em negócios e outros.	Portaria MCTI nº 261/2014	14/03/14	Vigente
MARCELO DOUGLAS DE FIGUEIREDO TORRES	540.380.496-04	Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais e Bacharel em História pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG	Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental desde 1997. Atualmente é Coordenador-Geral de Gestão por Resultados do Departamento de Desenvolvimento e Desempenho Institucional do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Trabalhou na Assessoria da Presidência da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP em Brasília/DF. Possui Especialização em Políticas Públicas e Gestão Governamental na Escola Nacional de Administração Pública – ENAP.	Portaria MCTI nº 828/2015	30/09/2015	08/08/2016 (Portaria nº 3235/2016)

LILIA SOARES RAMOS FERREIRA (suplente)	309.846.531-04	Licenciatura em Pedagogia pela Assoc. de Ensino Unificado do Distrito Federal – AEUDF e MBA em Gestão da Qualidade em Serviços pela Fundação. Getúlio Vargas	Técnica em Assuntos Educacionais da Secretária de Gestão Pública – SEGEP do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e já atua como membro de 02 (dois) Comitês de Avaliação: Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada – IMPA e Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP. Foi coordenadora do Projeto Carta ao Cidadão – Programa Gespública – Departamento de Programas de Gestão do MPOG..	Portaria MCTI nº 828/2015	30/09/2015	08/08/2016 (Portaria nº 3235/2016)
LUIZ FERNANDO FAUTH	731.330.600-82	Graduado em Direito pela UFRGS e Economia pela PUC-RS	Atuou como Analista de Controle Externo do TCU, Consultor Legislativo do Senado. Atualmente é Secretário-Executivo Substituto do MCTI	Portaria MCTI nº 428/2015	19/06/2015	Vigente
MARIA APARECIDA STALLIVIERI NEVES	152.992.790-00	Formada em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS	Foi diretora do Instituto Nacional de Tecnologia (INT) e chefe de gabinete da FINEP- Inovação e Pesquisa.	Portaria MCTI nº 261/2014	14/03/2014	Vigente
EDUARDO MONTEIRO PASTORE	994.973.791-53	Bacharel em Administração - Universidade de Brasília. Especialização em Gestão Pública - CEPEGG,	Servidor público federal, nomeado Coordenador-geral de Modelos de Gestão no Ministério do Planejamento.	Portaria MCTI nº 3235/2016	08/08/2016	Vigente
SYLVIA HELENA DE FIGUEIREDO PRATA	666.430.901-72	Especialização em Gestão Estratégica de Pessoas no Setor Público, Universidade Gama Filho – Brasília/DF e Bacharel em Administração de Empresas (habilitação em empresas rurais e cooperativas), Universidade Federal de Lavras – UFLA	Servidora Pública Federal atua em atividades relativas à Gestão Estratégica por Resultados e aos Modelos Organizacionais, Ministério do Planejamento.	Portaria MCTI nº 3235/2016	08/08/2016	Vigente

Fonte: MCTIC/CGOS-SCUP

ANEXO VI – Quadro Detalhado das Capacitações/Treinamentos - 2016 (Janeiro a Dezembro)

Detalhamento das Capacitações/Treinamentos - 2016 (Janeiro a Dezembro)

Capacitação	Nº de Empregados Capacitados por Treinamento	Local	Data do Evento	Carga Horária
Treinamento de Aprendiz - CIEE	3	Brasília/DF	Jan a Jun/2016	244
Curso de Avaliação de Resultados e Impactos de P&D	3	Campinas/SP	15 a 19/02/2016	40
(*) Curso de Integração com Web Services e Mensageria.	6	Brasília/DF	04 a 15/04/2016	20
(*) Curso Presencial de Concentrado de Ferramentas Senior - TI	1	Blumenau/SC	25 a 29/04/2016	40
(*) Curso de Arquitetura e Protocolo de Rede TCP - IP - RNP	1	Brasília/DF	11 a 15/04/2016	40
Curso Oline do leiaute da versão 2.1 do eSocial - Senior	1	Brasília/DF CGEE	02 a 04/05/2016	12
Curso de SPED Contábil 2016 - Leiaute 4 e Novos Livros Obrigatórios em 2016	1	Brasília/DF	06/05/2016	8
Participação no 13º ENASE - Encontro Nacional de Agentes do Setor Elétrico	1	Rio de Janeiro/RJ	18 e 19/05/2016	16
Curso de ECF 2016 - Prático		Brasília/DF	16/05/2016	8
(*) Curso Introdução à Segura de Redes - RNP	1	Brasília/DF	16 a 20/05/16	40
Participação no Congresso Brasil Solar Power	1	Rio de Janeiro/RJ	30/06 e 01/07/2016	16
Treinamento de Aprendiz - CIEE	1	Brasília/DF	Jul a Dez/2016	252
(*) Introdução ao Linux RNP - Brasília	1	Brasília/DF	04 a 08/07/16	40
Participação do curso de Extensão forensignt and Beyond Prospecção	1	Campinas/SP	08 a 12/08/2016	40
Participação da 3ª Conferência Nacional de Produtores e Usuários de Informações Estatísticas	1	Rio de Janeiro/RJ	07 e 08/12/2016	16
Total de Carga Horária				832
Quantitativo de Empregados Capacitados por Treinamento				23
(*) Referem-se às capacitações da Tecnologia da Informação (TI)				

Fonte: Elaboração própria

ANEXO VII - Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU no Exercício de 2016

Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU no exercício de 2016

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
TCU	025.978/2014-4	9788/2015		Ofício 0715/2015-TCU/Secex Desenvolvimento, de 09/11/15	Notificação
Instituições/Entidades objeto da determinação e/ou recomendação					
Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE)					
Descrição da Deliberação:					
Trata-se da decisão do TCU relativa a tomada de contas (TC) do CGEE do exercício de 2013. Em 19 de novembro de 2015 o CGEE recebeu o referido Ofício, por meio do qual o TCU notifica o Centro do inteiro teor Acórdão 9788/2015-2ª Câmara, que foi objeto de apreciação do processo 025.978/2014, em Sessão Ordinária realizada em 03/11/2015, cuja decisão os Ministros daquela Corte de Contas, acordaram, por unanimidade, em julgar regulares com ressalva as contas dos responsáveis relacionados no item 1.1 do Acórdão em comento, dando-lhes quitação, sem prejuízo de fazer as determinações contidas no Item 1.7.					
Providências Adotadas					
Síntese da providência adotada:					
- O CGEE tomou ciência da decisão e esclarece que as determinações feitas foram objeto de tratamento no 9º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, mais especificamente quanto ao aperfeiçoamento da sistemática de avaliação dos resultados bem como do estabelecimento de indicadores de desempenho.					
Situação atual do processo:					
➤ Processo <u>encerrado</u> conforme <i>status</i> no site do TCU (consulta em 23.01.2017).					

Fonte: Elaboração própria

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
TCU	007.680/2014-7	3304/2014	9.3 9.4 9.6	Ofício 0853/2014-TCU/Secex Desenvolvimento, de 02/12/14	Notificação
Instituições/Entidades objeto da determinação e/ou recomendação					
Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE)					
Descrição da Deliberação:					
Por meio do referido Ofício o TCU notifica o CGEE do Acórdão 3304/2014-Plenário para conhecimento e adoção das medidas previstas nos itens 9.3; 9.4 e 9.6. Conforme sessão realizada em 26/11/2014 o TCU apreciou o processo de Relatório de Auditoria TC 007.680/2014-7, que trata de Auditoria Operacional e de Conformidade com o objetivo de verificar indicadores, resultados e a governança relacionados aos Contratos de Gestão supervisionados pela Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia (Scup/MCTIC).					
Providências Adotadas					
Síntese da providência adotada:					
Ratificando a informação registrada no Relatório Final do Contrato de Gestão 2014, o CGEE esclarece que foram incluídos por ocasião da assinatura do 9º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão um conjunto de medidas previstas nos itens mencionados, com destaque para a inclusão de Indicadores de Desempenho e compromissos para a elaboração e inclusão no próximo ciclo do novo Contrato de Gestão, do Plano Diretor do CGEE.					
Situação atual do processo:					
➤ Processo <u>encerrado</u> conforme <i>status no site do TCU</i> (consulta em 23.01.2017).					

Fonte: Elaboração própria

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
TCU	020.653/2006-3	2569/2011 3129/2014 8942/2015	9.5	-	-
Instituições/Entidades objeto da determinação e/ou recomendação					
Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE)					
Descrição da Deliberação:					
Conforme teor do item 9.5 do Acórdão 2569/2011 proferido em 26/04/2011 (Acórdão 3129/2014), o TCU determina à Sexec/MCTIC; que desconte o valor de R\$ 524.825,12 dos próximos repasses a serem feitos ao CGEE ou inclua no Contrato de Gestão metas/ações necessárias para que o mencionado valor seja alcançado.					
Providências Adotadas					
Síntese da providência adotada:					
O CGEE esclarece que o Embargo de Declaração interposto em 30/07/2014 em face do Acórdão 3129/2014 foi apreciado na Sessão Ordinária da 2ª Câmara em 13/10/2015 por meio do Acórdão 8942/2015, referente ao Recurso 020.653/2006-3, cuja decisão conheceu os Embargos, para, negar-lhes provimento. Abaixo apresentamos as compensações relativas ao montante de R\$ 524.825,12 contida no item 9.5 do Acórdão 3129/2014, as quais se encontram até a presente da seguinte forma: - R\$ 2.236,42 e R\$ 22.554,36 (compensados no 15º TA); - R\$ 14.884,35 (compensado no 3º TA); - R\$ 179.545,41 (compensado no 8º TA); - R\$ 289.812,00 e R\$ 15.792,58 (O CGEE interpôs em 30/07/2014 Embargos de Declaração em face do Acórdão 3129/2014). <u>Atenção:</u> Ver item 9.4 do Acórdão 2569/2011 que trata da segregação do montante de R\$ 524.825,12. Desse modo, os valores Embargados - R\$ 289.812,00 e R\$ 15.792,58 - serão objeto de negociação/reprogramação no próximo Termo Aditivo ao novo Contrato de Gestão. <u>Ratificando a informação acima, o CGEE esclarece que consta da Cláusula Quinta do 11º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão (CG), assinado em 30/12/2016 a reincorporação ao CG, cujo valor de R\$ 305.604,58 (trezentos e cinco mil, seiscientos e quatro reais e cinquenta e oito centavos) perfaz o total das quantias acima mencionadas, ou seja, R\$ 289.812,00 + R\$ 15.792,58 objeto dos Embargos de Declaração.</u>					
Situação atual do processo:					
➤ Processo <u>encerrado</u> conforme status no site do TCU (consulta em 23.01.2017).					

Fonte: Elaboração própria

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
TCU	034.189/2011-4* Apartado do Processo 015.347/2009-3 Processo 013.270/2015-0	2274/2013 5690/2013 142/2014 8683/2015	1.7	-	-
Instituições/Entidades objeto da determinação e/ou recomendação					
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC)					
Descrição da Deliberação:					
O TCU determina ao MCTIC que proceda a reanálise das despesas que o 13º Termo Aditivo reconheceu como realizadas com os excedentes financeiros do Contrato de Gestão celebrado com o CGEE, durante os exercícios de 2002 a 2004, devendo a reanálise contemplar, no mínimo, a verificação de aderência expressa nos itens 1.7.1.1; 1.7.1.2 e 1.7.2.					
Providências Adotadas					
Síntese da providência adotada:					
Conforme já registrado no Relatório Final do Contrato de Gestão 2014, no exercício de 2013 objetivando colaborar no atendimento do item 1.7 relativo ao Acórdão 2274/2013, o CGEE prestou esclarecimentos ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) por meio das seguintes correspondências: CT. CGEE 111/2013 de 14/08/2013 e CT. CGEE nº 154/2013 de 18/11/2013. Adicionalmente no ano de 2014 visando atender a demanda do MCTI no que diz respeito ao assunto em tela, o CGEE se manifestou por intermédio da CT. CGEE nº 121/2014 datada de 28/06/2014. Cabe esclarecer que houve desdobramento dessa matéria com a abertura do Processo 013.270/2015-0 vinculado ao MCTI - Secretaria Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação SEXEC/MCTIC - Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP/MCTIC para tratar de monitoramento autuado pela SecexDesenvolvimento com vistas à verificação do efetivo cumprimento dos itens 1.7.1 e 1.7.2 do Acórdão 2274/2013 - TCU - 2ª Câmara, de 30/04/2013. O referido processo foi apreciado na Sessão Ordinária da Segunda Câmara em 29/09/2015 resultando no Acórdão 8683/2015, cuja decisão expressa no item 9.1. considerou cumprida a determinação contida no item 1.7.1 e tornou insubsistente a determinação contida no item 1.7.2 do Acórdão 2.274/2013-TCU-2ª Câmara”.					
Situação atual do processo:					
Obs.: No mês 06/2015 a abertura de novo Processo sob o nº 013.270/2015-0 (MCTIC) que foi apensado ao Processo nº 034.189/2011-4. ➤ Processos <u>encerrados</u> conforme status no site do TCU (consulta em 23.01.2017).					

* Apartado constituído em cumprimento a despacho de 28/9/2011, do relator MIN-ALC (P.12 da peça 28 do TC 015.347/2009-3), para apreciação das contas dos responsáveis da SCUP/MCT, incluindo os atos relativos à celebração do 13º TA ao Contrato de Gestão com o CGEE.

Fonte: Elaboração própria